

Anuário Estatístico

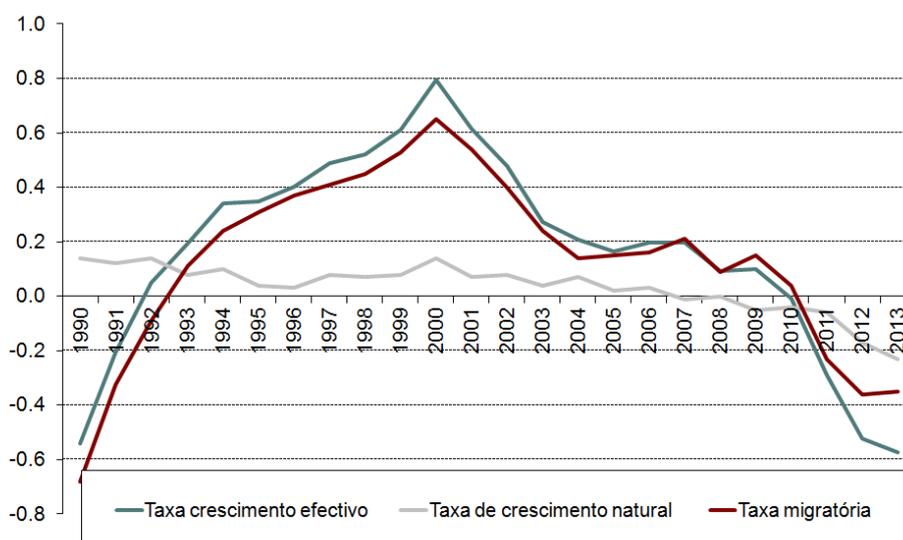
O Instituto Nacional de Estatística divulga o Anuário Estatístico de Portugal, a sua principal publicação de referência. O ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL 2013 está dividido em quatro grandes capítulos – O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado – e vinte e oito subcapítulos com tabelas de dados. A publicação inclui ainda uma breve análise com a evolução dos principais indicadores face a 2012 e comparações de Portugal com a União Europeia.

ENQUADRAMENTO POPULACIONAL

Em 2013 verificou-se uma diminuição da população residente, em linha com a tendência iniciada em 2010, mas agora de forma bastante mais acentuada. A população estimada é de 10427301 indivíduos, menos 45749 do que em 2003, o que representou uma taxa de crescimento efetivo na ordem de -0,4% (a variação face a 2012 foi de -0,57%). A diminuição da população é resultante das seguintes tendências:

por um lado, a taxa de crescimento natural tem apresentado um perfil descendente, com valores moderados desde 2001, passando a evoluir negativamente e a uma taxa sucessivamente mais intensa a partir de 2007; por outro lado, a taxa migratória, que forneceu a principal e única contribuição, nos anos entre 1995 e 2010, para a variação positiva da população, registou valores negativos nos três últimos anos, situando-se em -0,35% no ano de 2013.

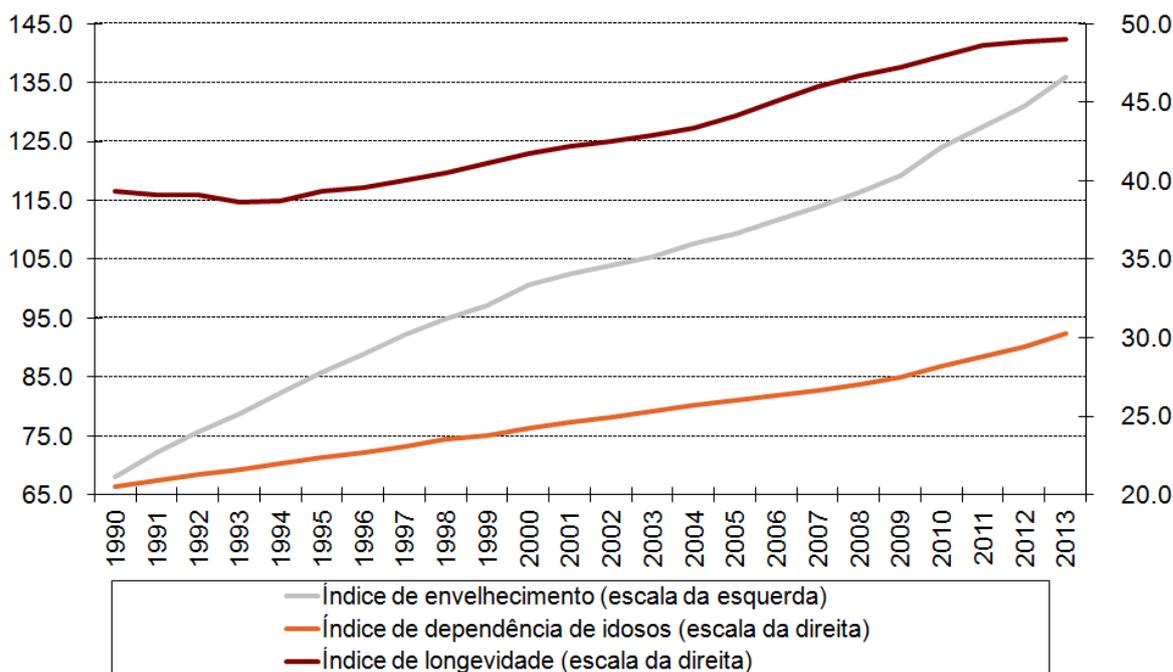
Gráfico 1 – Dinâmica de crescimento da População



O peso da população idosa manteve um perfil ascendente, em consequência das tendências de diminuição da fecundidade e de aumento da longevidade. Desde 1990 que a proporção de indivíduos com 65 e mais anos

por 100 residentes com menos de 15 anos (índice de envelhecimento) apresenta uma tendência sistemática de crescimento (72,1 em 1990 e 136 em 2013).

Gráfico 2 – Efeitos na estrutura etária

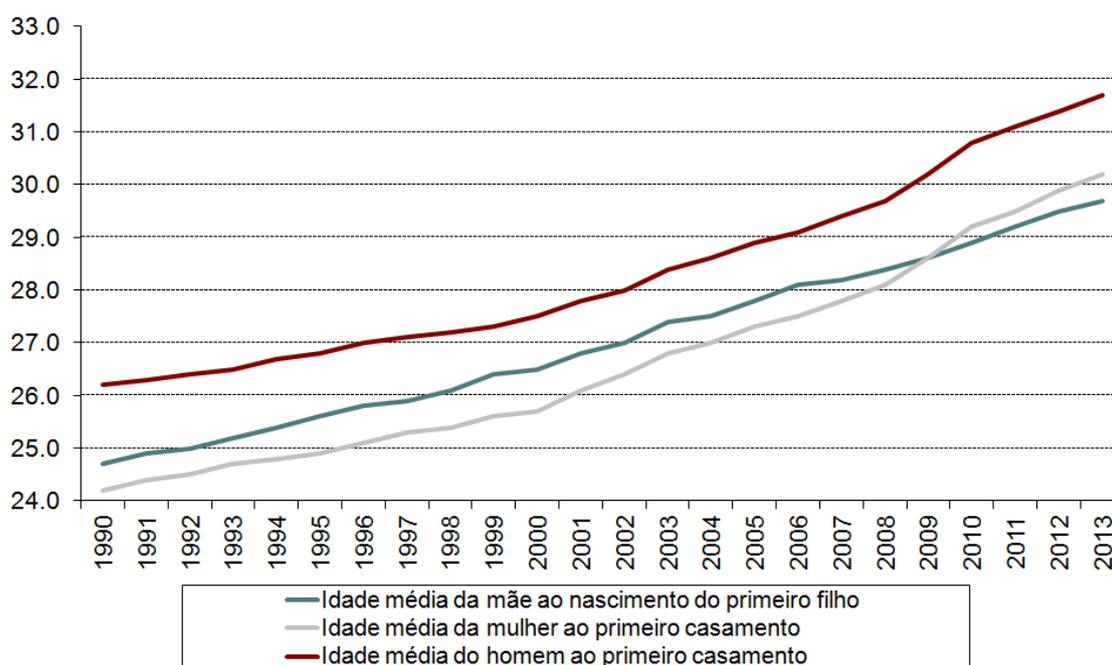


A taxa de fecundidade geral apresentou um valor médio de 44,3‰ na década de 90, tendo decaído na década seguinte para 42,0‰, voltando a diminuir nos anos seguintes, para se situar em 33,9‰ em 2013. Por outro lado, neste último ano o índice de longevidade foi de 49,0, o nível mais elevado desde 1990, sendo evidente uma tendência de aumento a partir de 1995, ano em que este indicador se situava em 39,3.

Estas tendências populacionais têm-se desenvolvido num contexto de mudanças de comportamentos sociais, evidenciados por um conjunto de indicadores.

As médias das idades das mulheres e dos homens à data do primeiro casamento foram sistematicamente aumentando desde 1990 (cerca de 6 anos) e foram em 2013 de 30,2 anos e de 31,7 anos, respetivamente. A diferença de idades entre homem e mulher ao primeiro casamento tem diminuído progressivamente: era de 2 anos em 1990, de 1,8 anos em 2000, estabilizou entre 2002 e 2011, e diminuiu para 1,5 anos em 2012 valor que se manteve em 2013. No mesmo sentido, a idade da mulher ao nascimento do primeiro filho aumentou 5 anos desde 1990 e foi em 2013 de 29,7 anos.

Gráfico 3 – Indicadores de nupcialidade e de natalidade



Paralelamente, o número de casamentos tendeu a diminuir, com especial incidência a partir de 2000. Na década de 90 a diminuição foi de fraca intensidade (a média das taxas de variação foi de -0,4%), mas na década seguinte a quebra foi muito mais acentuada (média de -5,1%). Em 2010 a taxa de variação foi de -1,0%, mas em 2011 voltou a registar-se uma forte diminuição (-9,9%) que se atenuou em 2012 (-4,5%), tendência que não se manteve com a forte queda de 7,1% em 2013. Neste último ano os casamentos celebrados representavam menos de 59,6% dos celebrados em 2003. Para a esta evolução contribuíram principalmente os casamentos católicos que em 2013 registaram uma queda de 10,6%. Até 2007 o número de casamentos católicos foi superior aos civis ano após o qual esta proporção se inverteu, atingindo o valor de 36,2% em 2013 (em 2000 e em 1990 esta proporção era 64,8% e de 72,5%, respetivamente).

A proporção de casamentos entre estrangeiras/os e portuguesas/es manifestou uma tendência crescente até 2008, ano em que atingiu o seu valor máximo, mas nos dois anos seguintes diminuiu, invertendo este movimento em 2011 e atingindo 11,9% em 2013, valor ainda aquém do registado em 2008.

O número de divórcios tomou uma tendência contrária à dos casamentos celebrados, até 2010. Considerando 1990 como referência, em 2000 o seu número duplicou, tendo triplicado em 2010. No período mais longo (1990-2012), o número de divórcios registou uma taxa média de crescimento anual de 5,6%, embora entre 2000 e 2010 o ritmo tenha sido mais moderado, de 4,8%. Desde 2010 que a evolução contrariou a tendência longa, registando-se uma variação de -2,9% em 2011, de -5,1% em 2012 e de -11,3% em 2013.

Gráfico 4 – Casamentos e divórcios

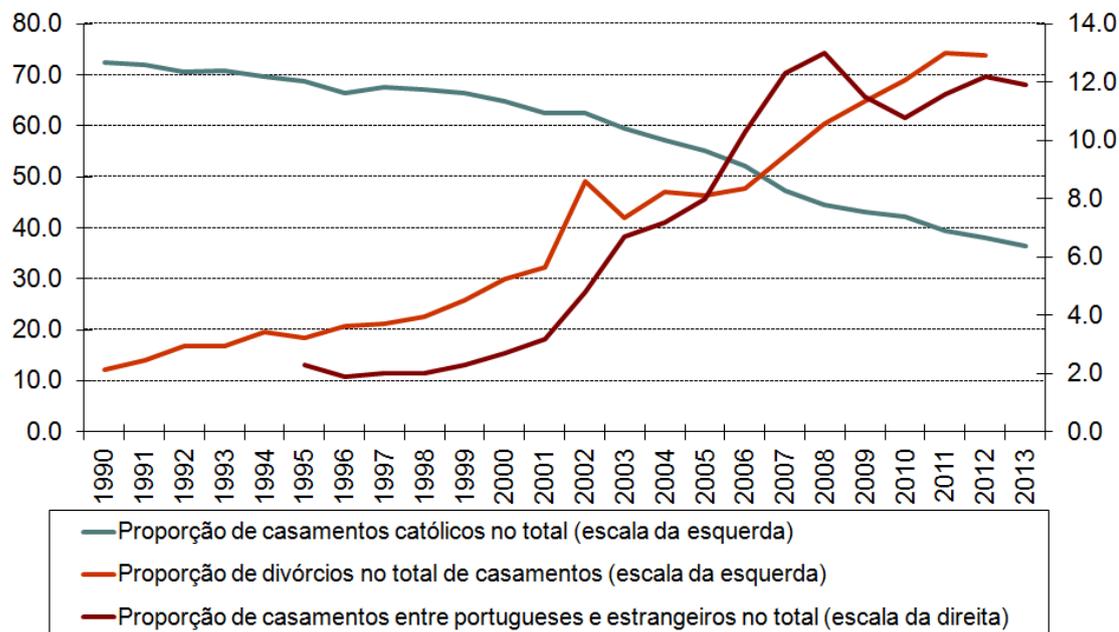
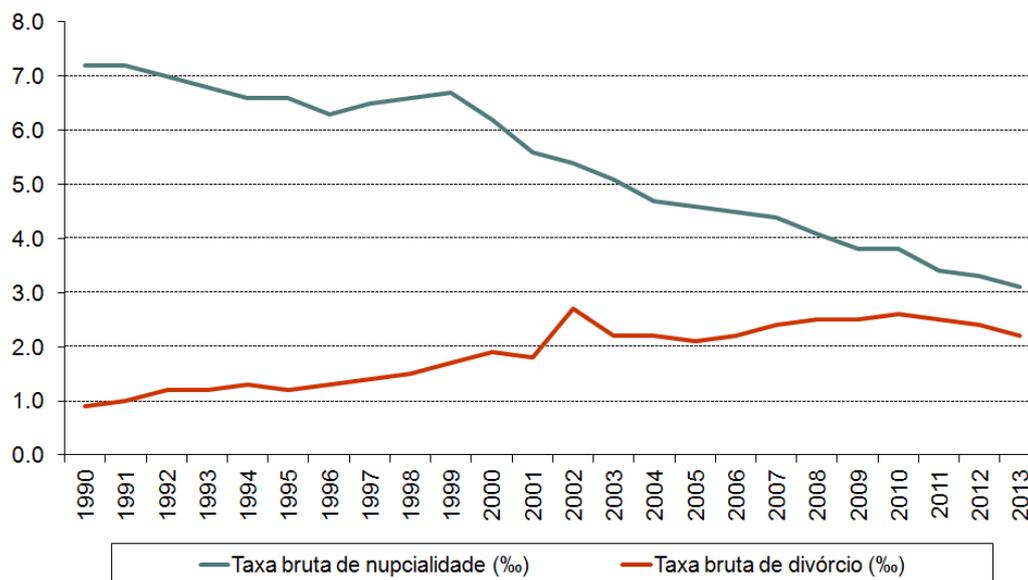


Gráfico 5 – Taxas de nupcialidade e de divórcio



A população estrangeira com estatuto legal de residente que tinha aumentado sistematicamente desde 1990 inverteu esta tendência desde 2010, tendo desde então sofrido uma quebra de 11,8%. Os principais países emissores foram o Brasil, Cabo Verde e a Ucrânia, com pesos de 22,9%, 10,5%, 10,3% respetivamente. Os maiores decréscimos foram nas nacionalidades brasi-

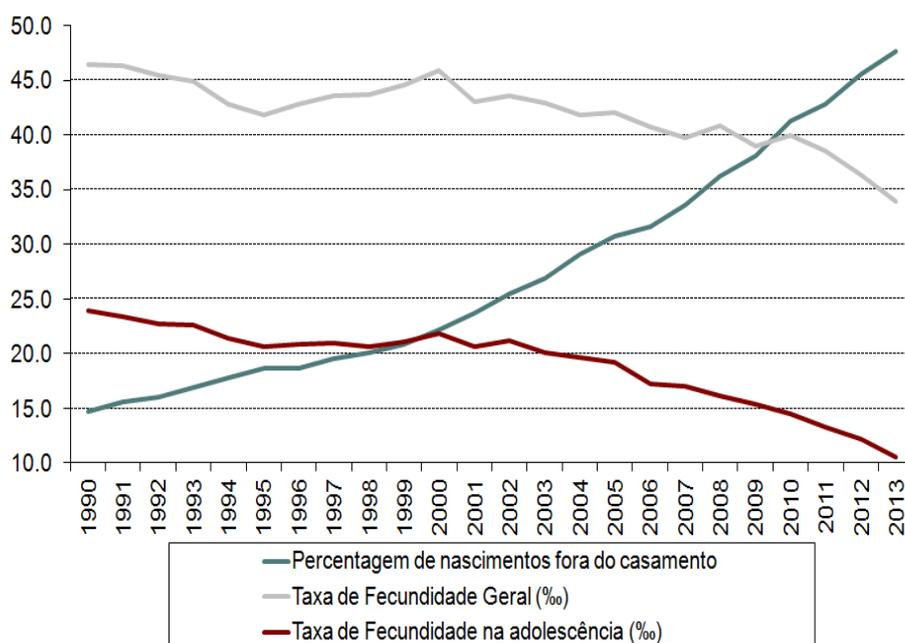
leira e ucraniana e angolana. Dos 10 principais países de origem apenas a China registou um crescimento em 2013 (7,3%).

A percentagem de nascimentos fora do casamento foi também aumentando, passando do valor de 22,2% em 2000 para 47,6% em 2013. Com tendência inversa, a proporção dos que coabitam com os pais foi de 69,2%

em 2013, traduzindo um decréscimo face a 2008 (80,6%). Manteve-se a tendência de diminuição da taxa de fecundidade na adolescência que se verifica desde 2000. Nesse ano a taxa situou-se em 21,9‰, muito próxima da média dos níveis da década anterior,

mas desde então o movimento descendente foi nítido, atingindo-se uma taxa de 10,6‰ em 2013. A taxa de fecundidade geral foi diminuindo desde 2000, oscilou em torno de 40,0‰ entre 2007 e 2010, e diminuiu para 33,9‰ em 2013.

Gráfico 6 – Indicadores de natalidade



ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO

POPULAÇÃO ATIVA, EMPREGO E DESEMPREGO

Em 2013 a taxa de atividade registou uma quebra face a 2012, fixando-se em 50,6%. Relativamente ao ano precedente a descida verificou-se tanto em valor absoluto, com menos 98,0 mil indivíduos ativos, como também face à população residente, com uma variação de -0,6 p.p., mais intensa do que a verificada em 2012 (-0,2 p.p.). A análise da taxa de atividade por género permite identificar uma tendência para a redução da diferença entre a taxa de atividade masculina e feminina. Esta diferença que foi de 10,0 p.p. em 1998, decrescendo até atingir os 3,1 p.p. em 2013 (3,7 p.p. em 2012).

Em 2013 a percentagem de população ativa com 45 ou mais anos face ao total de ativos aumentou cerca de 0,9 p.p., valor idêntico ao que se verificou no ano anterior face a 2011. Esta proporção apresentou uma tendência de aumento ao longo dos últimos 20 anos. Em 1998 a população com 45 e mais anos representava um pouco menos de 36,0% do total da população ativa, enquanto em 2013 o seu peso se situou em cerca de 43,2%. A proporção da mesma faixa etária relativamente ao emprego, além de ter revelado um comportamento semelhante, apresentou sempre valores mais elevados do que os correspondentes do rácio respeitante à população ativa.

Gráfico 7 – Taxas de atividade

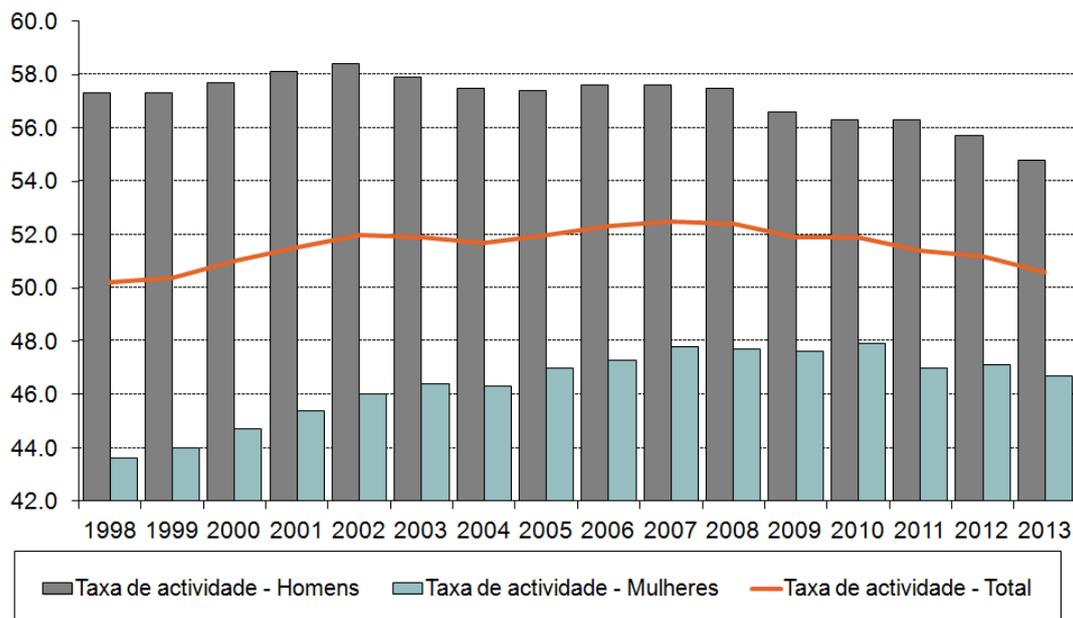
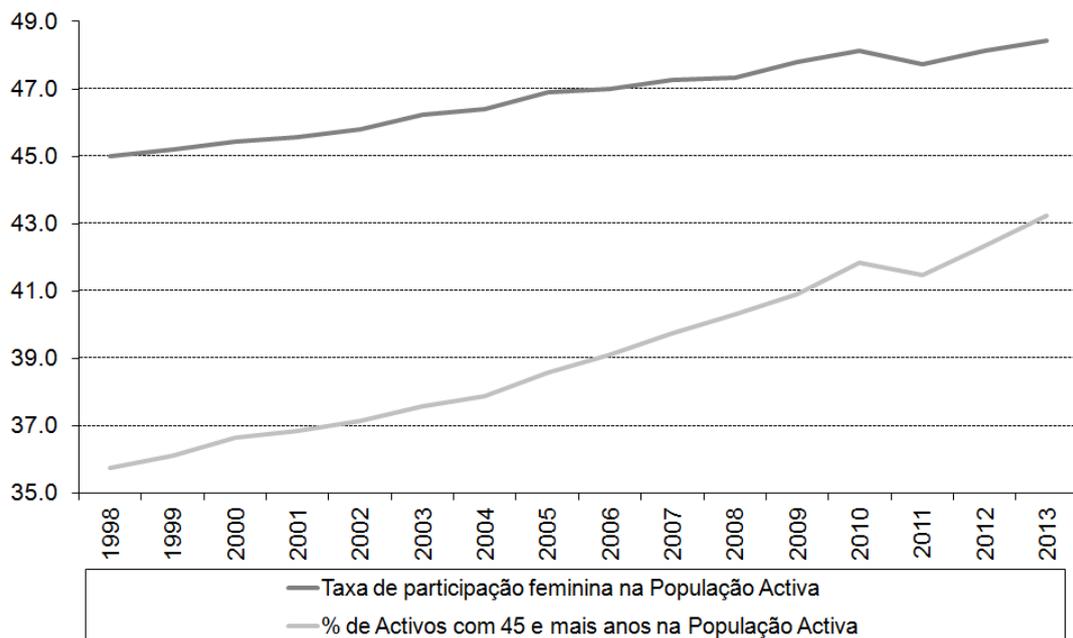


Gráfico 8 – Indicadores de composição da População Activa



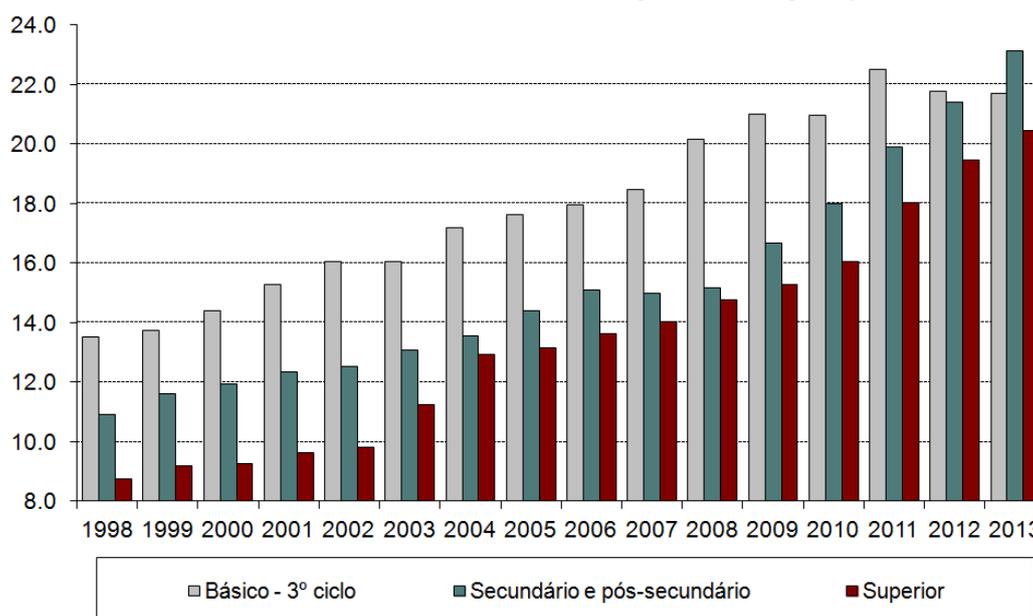
O grau de escolaridade da população ativa manteve a tendência de crescimento que se verifica desde 1998, com o declínio nos anos 2012 e 2013 da proporção de indivíduos com o 3º ciclo do ensino básico. Completaram o ensino superior cerca de 33,5 mil indivíduos, valor que corresponde a uma taxa de crescimento de

3,2% e ligeiramente superior a 1/5 da população ativa. O ensino secundário registou um aumento anual acima do observado no ensino superior quer em termos absolutos, com 69,3 mil indivíduos, quer em termos relativos, correspondente a uma taxa de crescimento de 6,0%

Quando comparados os resultados com os valores para a UE27 verifica-se que em média a força de trabalho em Portugal é menos qualificada do que a média europeia. A proporção de trabalhadoras/es com o ensino superior é de 22,3% em Portugal e de 32,0% na UE27. Igualmente no ensino secundário e pós-secundário se

verifica uma diferença no mesmo sentido entre os valores verificados em Portugal relativamente à UE27 (24,1% e 48,8%, respetivamente). No entanto, esta diferença, que em 2005 fora de cerca de 34,0 p.p., tem vindo a decrescer, tendo-se fixado em 2013 em 24,7 p.p..

Gráfico 9 – Níveis de escolaridade completa da População Ativa

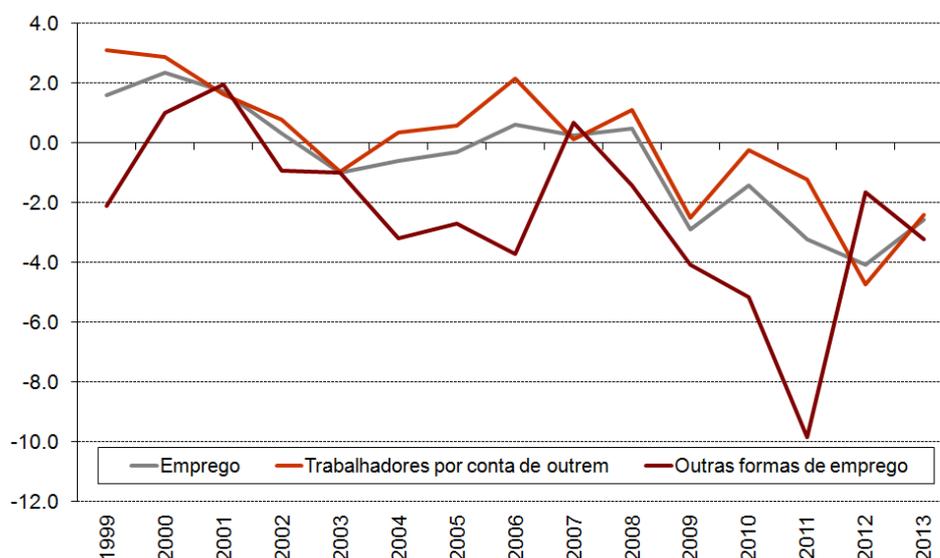


Em sentido inverso verifica-se que as/os trabalhadoras/es cujo grau máximo de habilitações é inferior ao secundário é em Portugal de 53,6%, quando na UE27 o rácio correspondente é de cerca de 18,9%.

A população ativa e o emprego que tinham vindo a crescer desde 1998 (com exceção de 2004 e 2009 no caso da população ativa e do período 2003-2005 no caso do emprego) registaram uma inflexão dessa tendência em 2011 (população ativa) e 2009 (emprego). Entre 1998 e 2008 a população ativa e o emprego cresceram à taxa média anual de 0,8% e de 0,5%, respetivamente. No período de 2008 e 2013 verificou-se que a população ativa decresceu 0,9% e o emprego diminuiu 2,8%.

A quebra do emprego já verificada nos quatro últimos anos (de -2,9%, -1,4%, -3,2% e de -4,1%) foi mais ténue em 2013, ano em que se registou uma diminuição de -2,6%. Estas sucessivas quebras no emprego correspondem à extinção de aproximadamente 687 mil empregos, levando os níveis de emprego para valores inferiores aos registados anteriormente a 1998. As diferentes formas de emprego exceto por conta de outrem foram responsáveis por 59,4% da queda do emprego entre 2008 e 2011. Já no período 2012-2013 houve uma alteração desta contribuição, sendo o emprego por conta de outrem responsável por 84,2% da quebra.

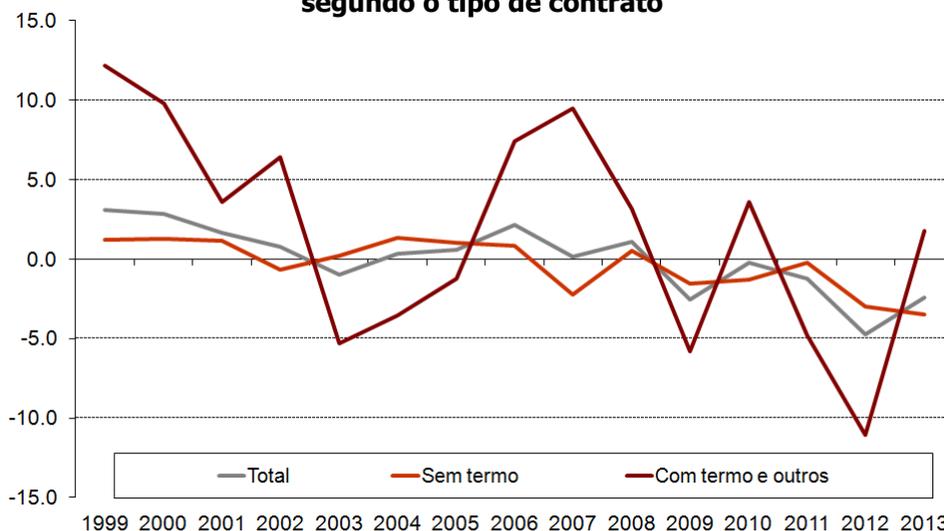
Gráfico 10 – Taxas de variação anual (%) do emprego



Em 2013 e no universo das/os trabalhadoras/es por conta de outrem a quebra no emprego foi devida aos contratos sem termo (variação de -3,5%).

Nas/os trabalhadoras/es com contratos com termo e outros ocorreu mesmo uma recuperação do emprego face ao nível de 2012 (+1,8%).

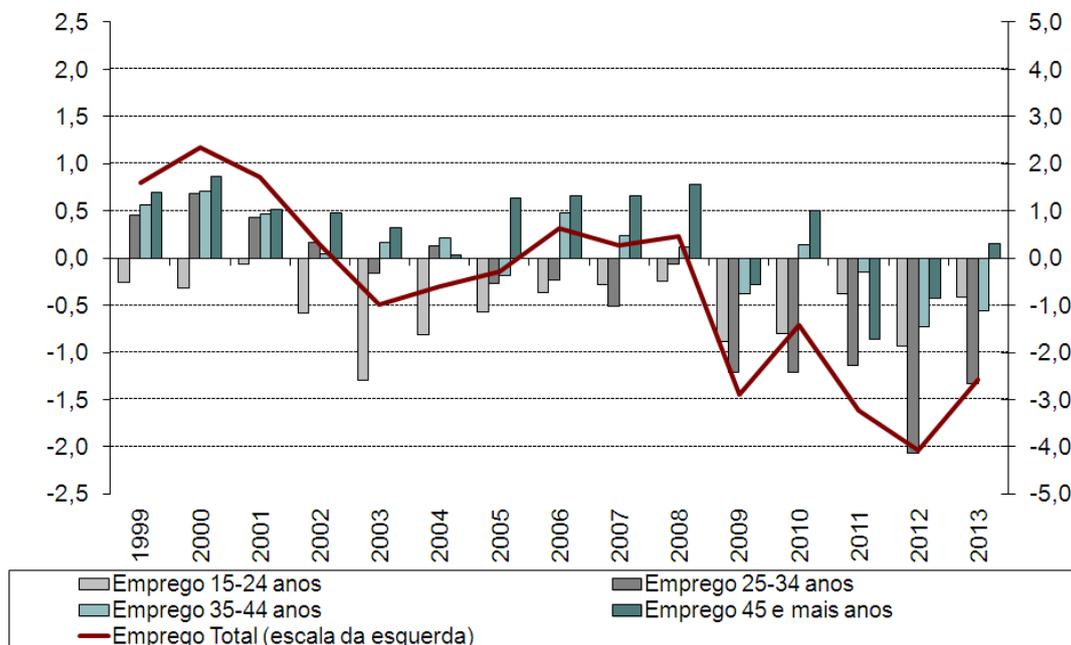
Gráfico 11 – Taxas de variação anual (%) do emprego por conta de outrem segundo o tipo de contrato



Ao longo de 2013 a faixa etária mais penalizada pela quebra no emprego foi a delimitada por 25 e os 34 anos, tendo essa diminuição representado cerca de 48,9% do total de perda de emprego entre 1998 e 2013. Em 2013 assistiu-se mesmo a uma ténue recupe-

ração de emprego na faixa etária de 45 e mais anos. A população empregada na faixa etária entre os 15 e os 24 anos foi sempre diminuindo desde 1998, acumulando a maior perda de emprego.

Gráfico 12 – Contribuições do emprego por faixas etárias (p.p.) para a taxa de variação anual (%) do emprego total



Desde 2001 que a taxa de desemprego tem manifestado uma tendência de aumento, apenas contrariada em 2008. Em 1998 a taxa de desemprego em Portugal encontrava-se significativamente abaixo da média da UE25 (-4,1 p.p.). A sua contínua trajetória de aumento, nem sempre em sintonia com a evolução registada na UE25, levou a que a taxa de desemprego em Portugal se apresentasse a níveis mais elevados do que na UE25 a partir de 2006 embora com uma ligeira diferença (0,4 p.p.). O diferencial entre as taxas atingiu 5,5 p.p. para a UE25 e 5,4 p.p. para a UE28 em 2013, o ano em que a taxa de desemprego em Portugal alcançou um novo máximo de 16,4%.

A taxa de desemprego feminino tem registado valores superiores à taxa média de desemprego total e acompanhado a tendência de crescimento total. No ano de 2013 a taxa de desemprego feminino situou-se 0,2p.p. acima da taxa de desemprego total.

A proporção de trabalhadores/as desempregados/as há mais de um ano registou um novo máximo com uma subida acentuada face a 2012, depois da atenuação observada em 2011, fixando-se em 62,1%. Esta proporção corresponde aproximadamente a 531 mil indivíduos.

Gráfico 13 – Taxas de desemprego em Portugal, na UE25 e na zona Euro

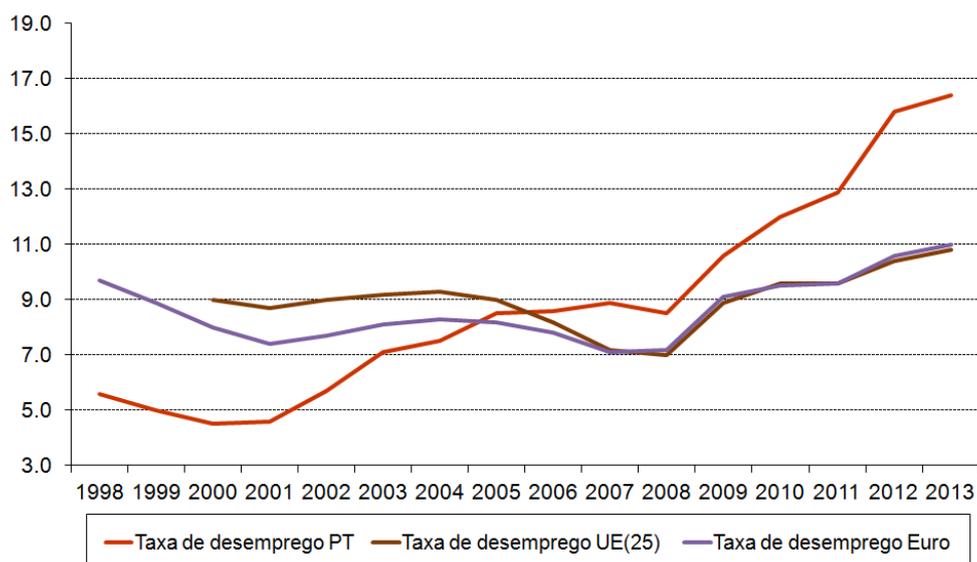
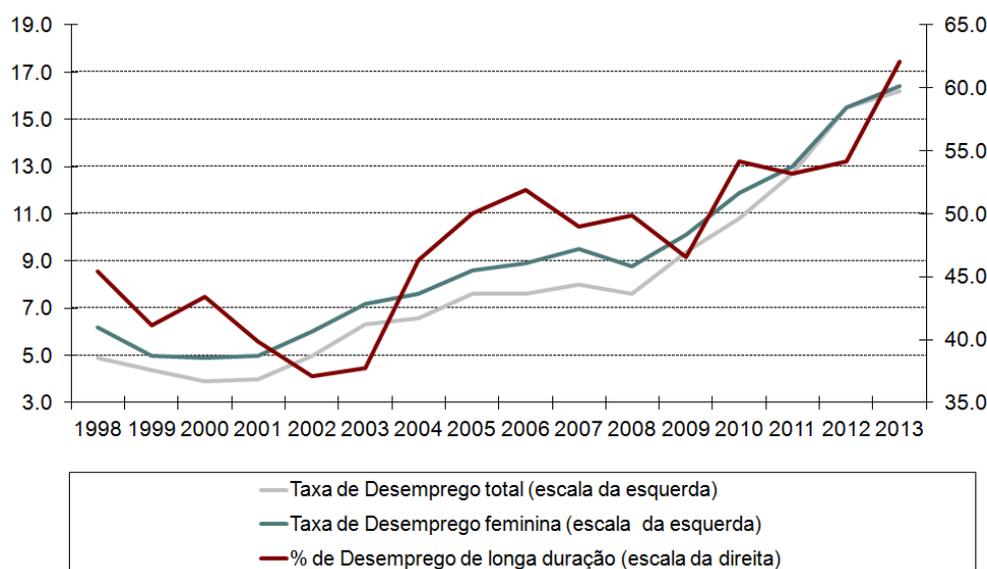


Gráfico 14 – Desemprego feminino e de longa duração



RENDIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS

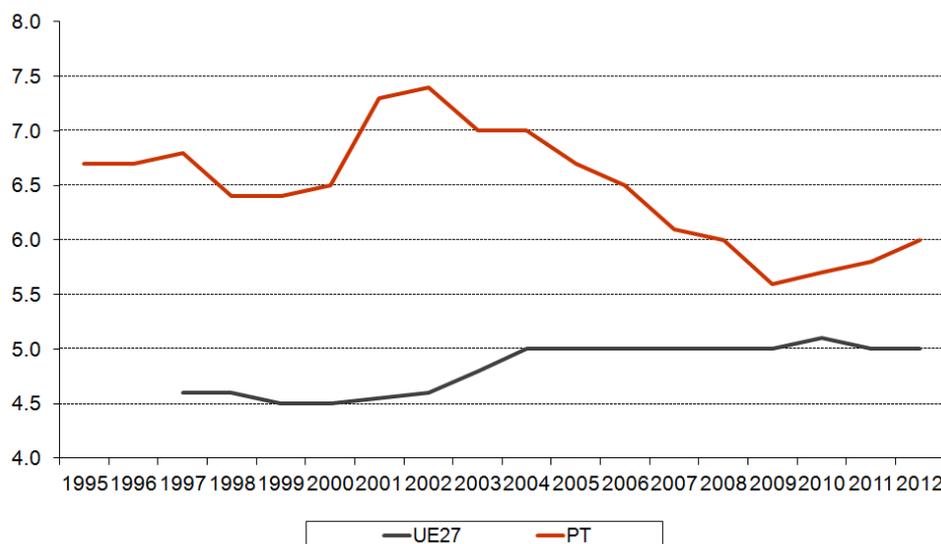
Em 2012 registou-se novo agravamento da desigualdade na distribuição do rendimento, à semelhança do que já acontecera nos dois anos precedentes. As evoluções nestes três anos contrariaram a tendência que se observava desde 2003. O risco de pobreza aumentou

em 0,8 p.p., passando a situar-se em 18,7%, e anulando as melhorias que se registaram desde 2005. Subsistem, além disso, diferenças apreciáveis quando se consideram diferentes estratos da população. Tomando os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, em 2012 o rendimento monetário líquido equi-

valente de 20% da população com maior rendimento foi 6,0 vezes superior ao rendimento de 20% da população com menor rendimento. Este valor representa um novo acréscimo face aos resultados do ano precedente,

prolongando a tendência de aumento iniciada em 2010. Este indicador retornou para o nível registado em 2008, embora se tenha mantido abaixo do máximo de 2002, que foi de 7,4.

Gráfico 15 – Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)



O indicador continua a refletir uma situação de maior desigualdade relativamente à média europeia, embora em menor grau do que nos primeiros anos da década anterior: em 2004 o diferencial fora na ordem de 2 pontos percentuais (p.p.), enquanto em 2012 se situou em 1,0 p.p.. Este menor diferencial deve-se às melhorias verificadas em Portugal desde 2003 e a uma estabilização ou mesmo algum agravamento verificado nos últimos anos à escala europeia. No caso da UE27 este indicador estabilizou em 5,0 entre 2004 e 2012, com uma subida pontual em 2010. A comparação da situação portuguesa com a da área do euro fornece o mesmo tipo de resultados, ou seja, maior grau de desigualdade na distribuição de rendimento e atenuação tendencial dessa disparidade desde 2006, devido a andamentos opostos dos indicadores em Portugal e na Zona Euro.

Segundo os dados do mesmo inquérito, estima-se que em 2012 o risco de pobreza, avaliado pela proporção de população com rendimento monetário líquido equivalente abaixo de 60% do rendimento mediano, se tenha situado em 18,7%, a que corresponde um aumento de 0,8 p.p. relativamente à proporção referente a 2011.

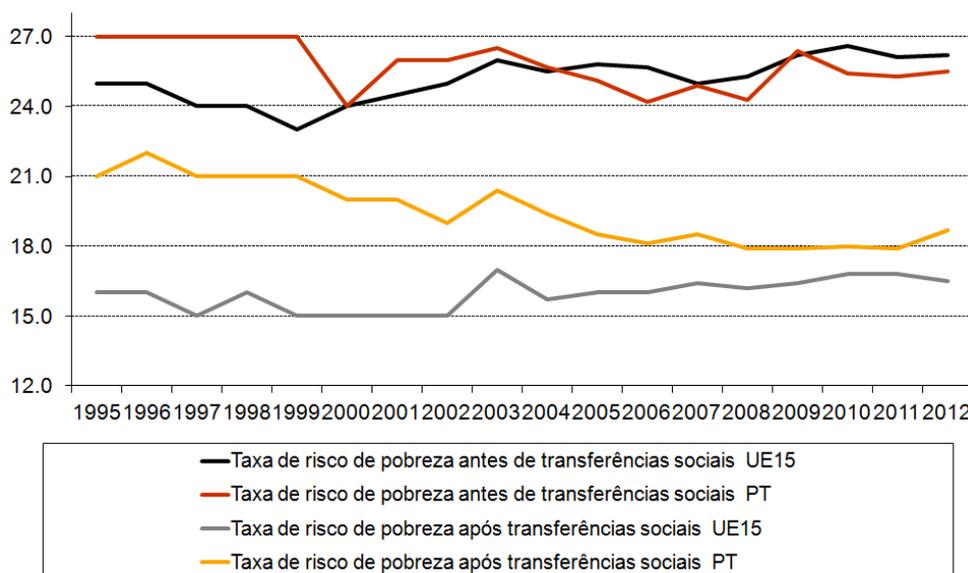
O indicador analisado toma em conta quer os rendimentos provenientes das pensões (velhice e sobrevivência), quer as transferências sociais (relacionadas com a doença e incapacidade, apoio à família, desemprego e inserção social). Considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, o risco de pobreza seria na ordem 46,9%, mais 1,5 p.p. do que em 2011, ano em que também já se verificara um aumento de 1,9 p.p. face ao valor de 2010.

Considerando adicionalmente as pensões, o risco de pobreza em 2012 seria de 25,5%, mais 0,2 p.p. do que em 2011.

Comparando com a UE27, o risco de pobreza tem sido mais elevado em Portugal, o que numa primeira fase se deveu tanto ao diferencial de risco antes das transferências sociais, até 2003, aproximadamente, como ao menor impacto das transferências sociais. Porém, a partir de 2004 o diferencial do risco de pobreza antes

das transferências face à UE27 passou a ser favorável a Portugal, passando a contar sobretudo o diferencial desfavorável do impacto das transferências, que aliás foi diminuindo. Em consequência, registou-se uma tendência para a diminuição do diferencial face à UE27 da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, que em 2012 se situava em 1,0 p.p., quando em 2002 fora na ordem de 4 p.p..

Gráfico 16 – Taxa de risco de pobreza



O risco de pobreza continua a apresentar diferenças de acordo com a idade dos indivíduos (mais acentuadas nos jovens), a composição do agregado familiar (penalizando os agregados mais numerosos e as famílias com um adulto e crianças), a condição perante o trabalho (as/os desempregadas/os têm um risco de pobreza muito superior à média, as/os empregadas/os muito inferior). Assinale-se que no caso dos idosos (indivíduos com 65 e mais anos) se registaram nítidas melhorias entre 2010 e 2012, tendo o risco de pobreza diminuído de 20,0% para 14,6%. Note-se ainda a inversão que se observou no risco da pobreza por género, passando os homens a ter um risco mais elevado. Comparando com 2005, registou-se um retorno à situação de partida, Anuário Estatístico de Portugal 2013 – Edição 2014

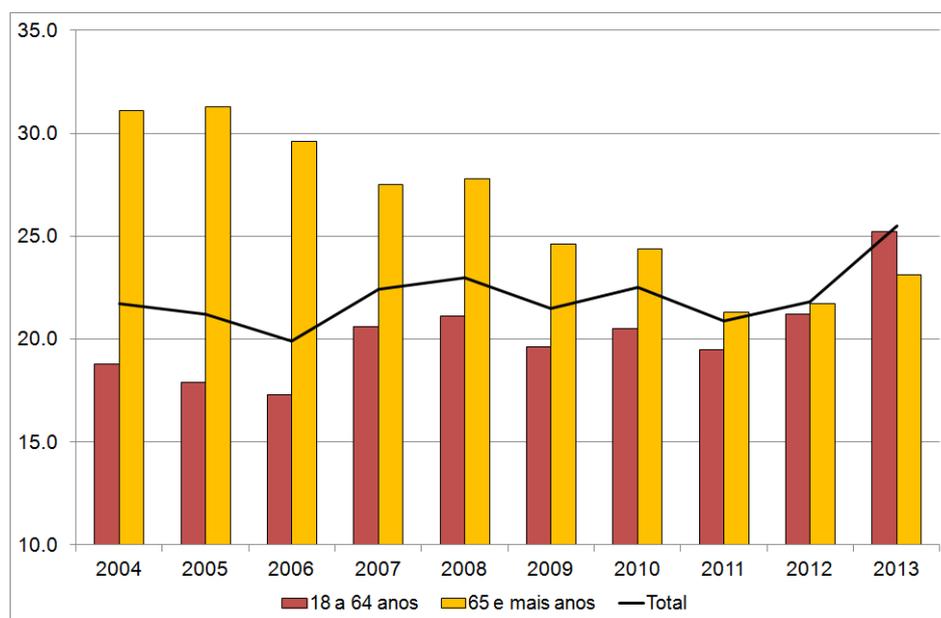
embora tenham ocorrido melhorias em certos estratos determinados pela característica dos indivíduos componentes. Além do caso já referido dos idosos, registaram-se melhorias na generalidade dos agregados sem crianças dependentes, dos empregados e dos reformados. Inversamente, nos agregados com crianças dependentes registaram-se agravamentos (embora com algumas exceções segundo a composição dos agregados) e o mesmo se verificou no estrato de desempregados.

Em 2013, a taxa de privação material (a percentagem de pessoas que nesse período viviam em agregados em que se verificava a falta de pelo menos três dos nove itens de privação por motivos económicos) foi de

25,5%, o que representa um acréscimo de 3,7 p.p. relativamente a 2012. Este indicador não tem apresentado uma tendência evidente, antes tem revelado sucessivas oscilações: na década anterior apresentou um mínimo de 19,9% em 2006 e um máximo de 23,0% no ano seguinte; na atual década, até ao momento o

valor mínimo foi alcançado em 2011, com 20,9%, e o valor máximo, já referido, deu-se em 2013. Considerando uma estratificação por classes etárias, verifica-se que apenas na classe de mais de 65 anos há uma tendência perceptível de diminuição, muito embora contrariada nos dois últimos anos, especialmente em 2013.

Gráfico 17 – Taxa de privação material segundo o o grupo etário



Manteve-se em 2013 a tendência para a difusão das TIC junto das famílias, a avaliar pelo conjunto de indicadores disponíveis, os quais voltaram a apresentar aumentos face ao observado anteriormente, inserindo-se em tendências claras de crescimento. Em 2013, 66,71% dos agregados familiares possuíam computador,

o que representa um acréscimo de 0,5 p.p. face ao ano precedente, e de 24,2 p.p. do que em 2005. A *internet* podia ser acedida por 62,3% dos agregados (61,0% em 2012, 31,5% em 2005), e 61,6% podia fazê-lo através da banda larga (61,6% em 2012, 19,7 em 2005).

EDUCAÇÃO

Acontecimentos legislativos, demográficos e opções de política sectorial terão influenciado a evolução da estrutura escolar ao longo das duas últimas décadas.

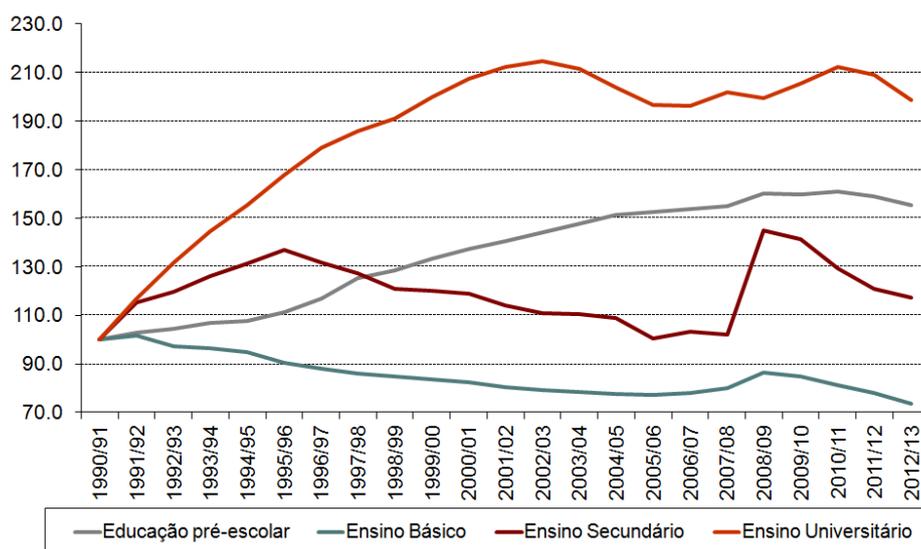
A evolução no número de crianças a frequentar o pré-escolar registou um aumento desde 1990/1991 até 2008/2009. Nos períodos seguintes o esforço dedicado à frequência do pré-escolar com a consagração da

universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade em 2009 não se refletiu num aumento da população pré-escolar. Ao contrário, o número de crianças entre os 3 e os 5 anos de idade a frequentar um estabelecimento de ensino diminuiu 2,8% desde 2009/2010 a 2012/2013, resultado

que pode ser atribuído a uma evolução desfavorável da taxa de crescimento natural da população. No entanto, a expansão da taxa bruta de educação pré-escolar foi muito significativa. Em 1990/1991 a educação pré-escolar abrangia cerca de metade das crianças com idades entre os três e os cinco anos, enquanto em 2012/2013 cobria 90,6% do mesmo estrato populacional, sendo evidente a tendência crescente desta proporção entre os dois períodos. A desfavorável evolução demográfica teve igualmente impacto no número de

alunos inscritos no ensino básico que desde o ano letivo 1991/1992 registou uma diminuição, com exceção dos três anos letivos entre 2005/2006 e 2008/2009 que beneficiaram de um significativo aumento das inscrições de adultos motivado pelo Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (SRVCC). O número de alunas/os matriculadas/os no ensino básico com idades entre os 6 e os 10 anos face ao total desse segmento populacional diminui 0,6 p.p. desde 1990/1991.

Gráfico 18 – Índices de população escolar por tipo de ensino (1990/1991=100)



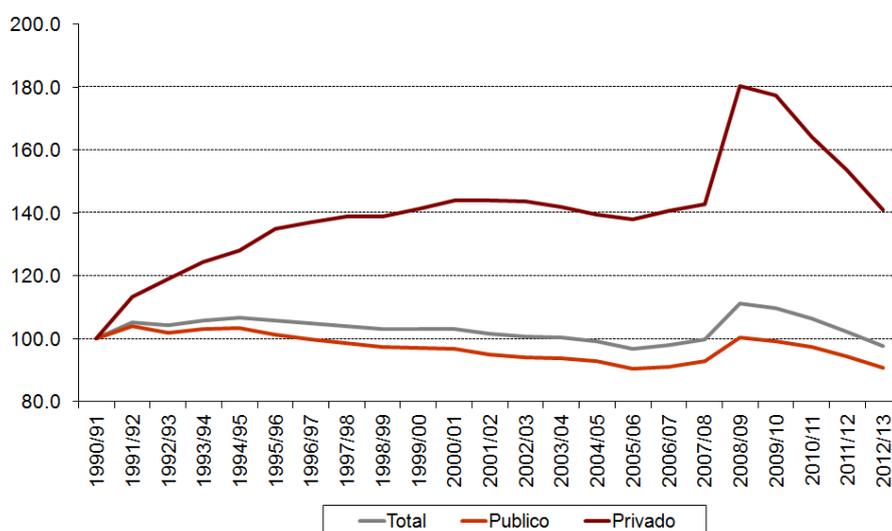
Nos anos subsequentes a 2007/2008 verificou-se um fenómeno contrário à tendência das inscrições no ensino secundário (vinham a diminuir desde 1996/1997): impulsionado pelo SRVCC, registou-se um aumento de 150 mil indivíduos de 2007/2008 para 2008/2009 ano após o qual retomou a trajetória descendente atingindo em 2012/2013 níveis de 2000/2001. A cobertura do ensino secundário, ao contrário do ensino básico, progrediu de forma muito positiva. Em 2012/2013 o número de alunas/os matriculadas/os no ensino secundário relativamente à população com idades entre os 15 e os

17 anos foi de 121,0% que contrasta com a proporção de 67,7% registada em 1990/1991. Relativamente à evolução do número de inscritos, a tendência decrescente começou em 1996/1997, pelo que entre 1990/1991 e 1999/2000 ainda se registou um aumento de cerca de 20,0% na população. Seguiu-se uma diminuição em 2007/2008 face a 2000/2001 de 14,3%, tal que o efeito final foi aproximadamente de estabilização da população relativamente ao nível registado em 1990/1991.

Refira-se ainda a importância crescente do ensino privado em todos os níveis do ensino básico e no ensino secundário, tendo os respetivos pesos, em número de matrículas, registado tendências de aumento desde 1990/1991. Note-se o reforço quase contínuo do seu peso até 2009/2010 em todos os graus do ensino básico, especialmente no 3º ciclo. A partir deste ano letivo verificou-se uma inversão daquela tendência. No ensino secundário o ensino privado tem um perfil semelhante, com o aumento da sua importância relativa até 2008/2009 (24,0%, o que compara com as proporções de 8,5% e de 16,8% em 1990/1991 e em 2000/2001, respetivamente) e uma diminuição nos anos seguintes.

Ao invés, no ensino pré-escolar, a tendência de expansão da rede de educação pré-escolar pública, que a partir de 2000/2001 ultrapassou em número de alunas/os matriculadas/os no ensino privado foi de clara diminuição da importância do ensino privado até 2004/2005, seguindo-se uma relativa estabilização, para um registo de aumentos nos anos de 2008/2010, baixando em seguida a proporção de inscritos para 46,2% em 2012/2013. No ensino universitário, o peso do ensino privado aumentou até ao final da primeira metade da década de 90, declinando em seguida. Em 1995/1996 atingiu-se o peso máximo de 36,6%, em 2000/2001 a proporção já se situava em 29,4% e em 2012/2013 foi de 18,1%.

Gráfico 19 – Índices de população escolar segundo a natureza institucional dos estabelecimentos de ensino (1990/1991=100)



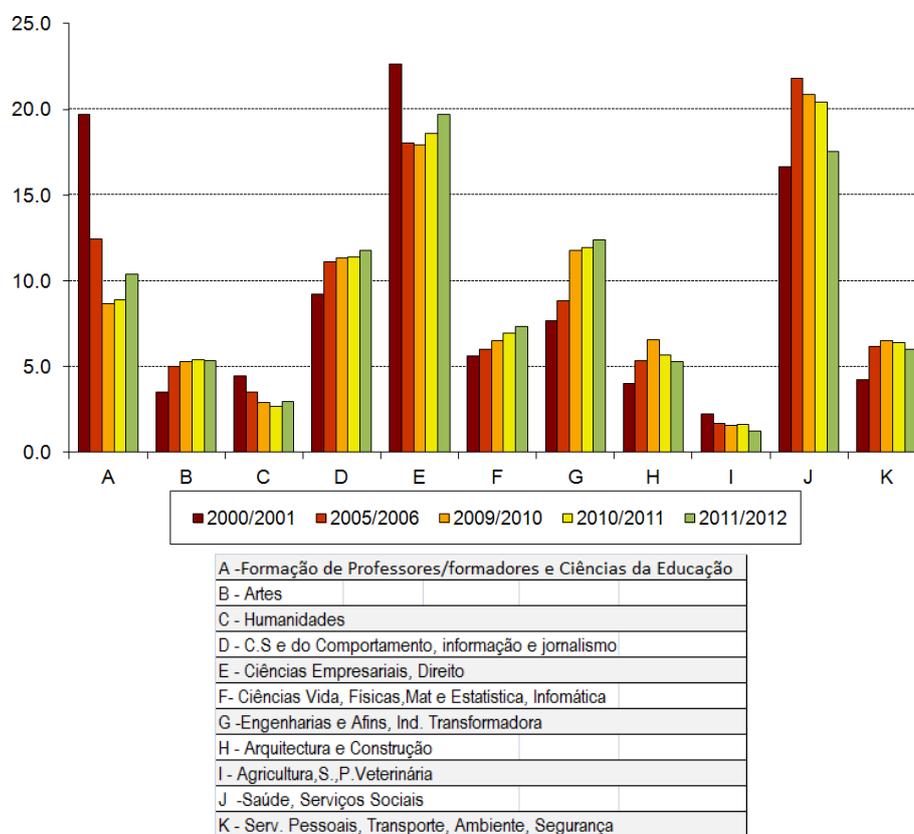
Registe-se o aumento da população escolar inscrita no ensino profissional, na ordem de 116 mil, o que traduz a sua multiplicação por um fator de 18 face ao valor de 1990/1991, e por um fator de 3,8 face ao 2000/2001. Este tipo de ensino representava em 2012/2013 cerca de 32,0% da população escolar do ensino secundário, o que compara com a proporção de 2,2% que se verificava em 1990/1991.

No ensino superior manteve-se a tendência crescente da taxa de escolarização, embora este indicador tenha estabilizado nos dois últimos anos em 32,2%, contra 15,1% no início da série (ano letivo 1994/1995). Este rácio oscilava em torno de 27,2% entre 2002/2003 e 2006/2007, mas voltou a tomar uma trajetória ascendente a partir de então.

Neste grau de ensino, verificou-se o aumento em 47% do número de diplomadas/os na última década (64,0 mil em 2001/2002 contra 94,3 mil em 2011/2012), bem como uma melhoria do seu desempenho avaliado pela proporção face ao número de inscritas/os (que entre estes dois anos letivos aumentou de 16,0% para 25,4%). De referir ainda a diminuição em 6,4% no número de inscritas/os nos últimos dois anos letivos.

Por outro lado, refira-se a alteração das preferências manifestadas, entre 2002/2003 e 2012/2013. Verificaram-se diminuições significativas nas proporções de diplomadas/os nas áreas de Formação de Professoras/es/Formadoras/es, de Humanidades e de Arquitetura e Construção. Em contrapartida, os principais aumentos observaram-se nas áreas de Saúde e Serviços Sociais, das Artes e da Engenharia e Técnicas Afins.

Gráfico 20 – Diplomados por área de estudo



Em resultado destas mudanças, verificaram-se as seguintes principais alterações no posicionamento relativo das áreas de estudo em 2012/2013 face a 2002/2003: as Ciências Empresariais e Direito continuam a ocupar a primeira posição tal como as Engenharia e Técnicas Afins se mantém na segunda posição,

já na terceira posição estão a Saúde e Serviços Sociais que no início da década se encontravam na quarta posição muito próxima do valor das Ciências Sociais e do Comportamento, informação e jornalismo que decaiu significativamente.

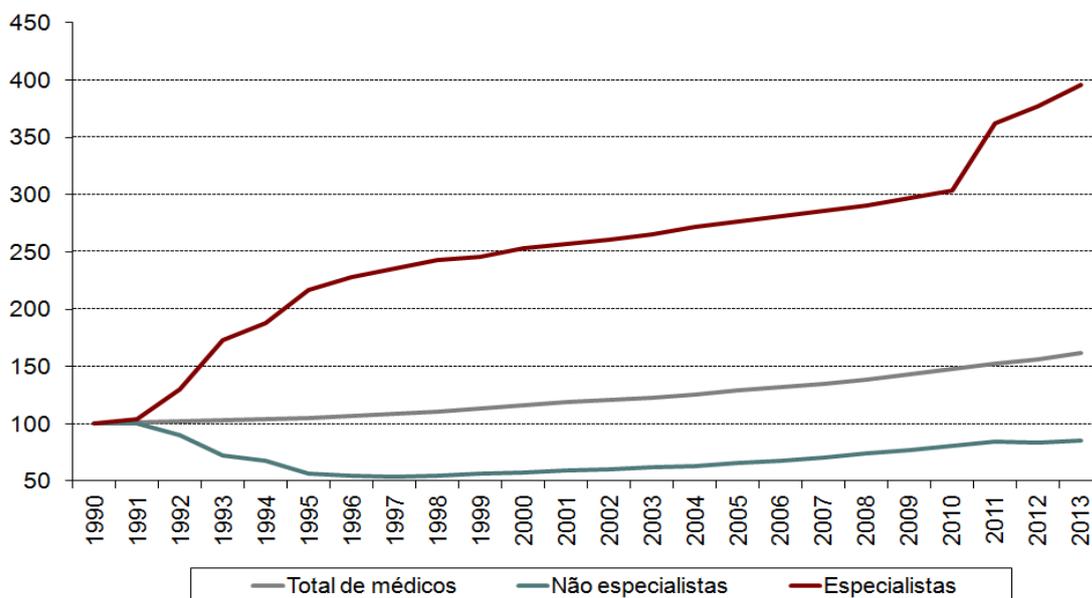
SAÚDE

De acordo com a informação disponível, parte apenas referente até 2012, mantêm-se as tendências anteriormente detetadas de aumento dos recursos humanos no setor, com aumentos da capacidade de oferta em segmentos mais especializados e com maior intensidade de aproveitamento dos recursos disponíveis.

Analisando a componente de recursos humanos, manteve-se a melhoria contínua do rácio número de médicas/os por mil habitantes, que foi de 4,3 em 2013, o

que corresponde ao aumento de 1 médica/o por 1000 habitantes face há dez anos. Igual trajetória, e até mais intensa, continuou a detetar-se no rácio número de enfermeiras/os por mil habitantes, que alcançou o valor de 6,3 no mesmo ano, quando em 2003 se situara em 4,2. O número de especialidades detidas pelos médicos/os continuou a aumentar, à taxa de 3,3%, entre 2012 e 2013. A mesma tendência se verifica no número de médicas/os não especialistas, interrompida em 2012, mas logo retomada no ano seguinte.

Gráfico 21 – Índices de médicos segundo a categoria



Os internamentos, que apresentam em 2012 um valor inferior ao registado no ano 2000, bem como a taxa de ocupação de camas nos estabelecimentos de saúde registaram um ligeiro aumento em 2012 face ao ano anterior. Neste último caso atingiu-se o valor mais elevado desde 1990. Contrariamente, as intervenções de grande e média cirurgia por dia nos estabelecimentos de saúde e as consultas por habitante diminuíram nesse período em 0,3% e 2,4%, respetivamente. As intervenções cirúrgicas por dia entraram num ciclo de

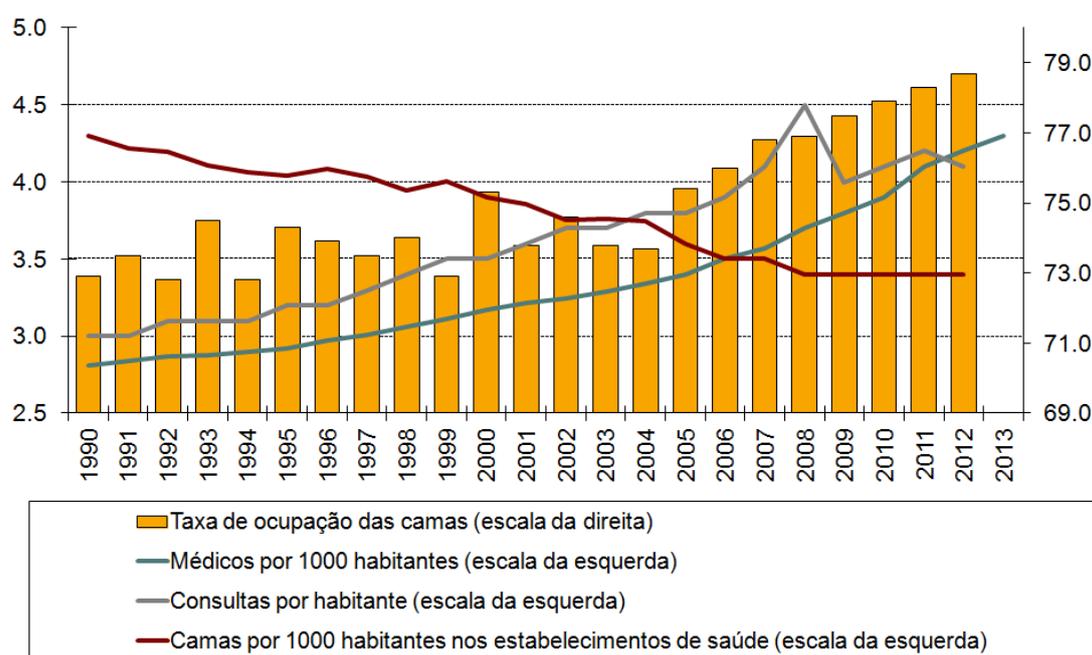
decréscimo desde 2009, tendo desde então diminuído em 79,7 cirurgias/dia. No mesmo sentido, as consultas por habitante registaram um máximo de 4,5 em 2008, tendo diminuído para 4,1 em 2012.

O total de consultas externas manteve a tendência longa de crescimento, tendo aumentado 4,0% em 2012 relativamente a 2011, com particular destaque para a Otorrinolaringologia e pediatria, que registaram acréscimos de 6,0% e 4,9%, respetivamente para o mesmo período.

Relativamente à capacidade de internamento, em 2012 o número de camas nos hospitais (lotação praticada) era de 35806 (35601 em 2011), o que representa uma diminuição de 3884 face ao existente em 1990 (ano em que se registou o valor mais elevado da série) e de 2359 face a 2000. Nos centros de saúde a tendência

também foi de diminuição desde 1990. Em 2012 e relativamente ao ano anterior houve uma diminuição de 21 camas (6,3%). Por outro lado, aumentou substancialmente, para 892, o número de salas de operações nos hospitais (mais 142 face a 2002).

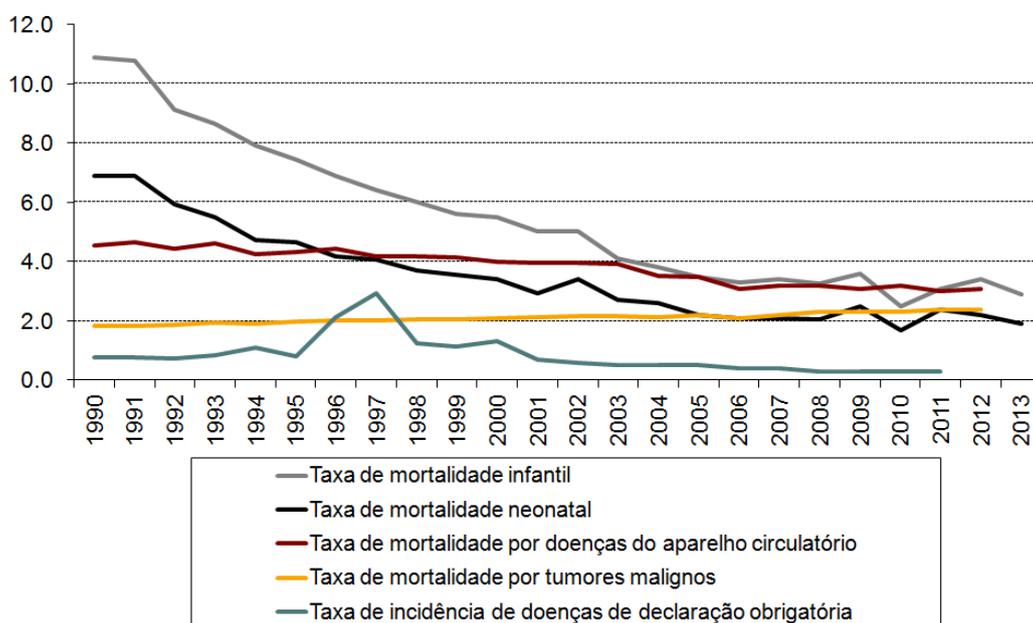
Gráfico 22 – Indicadores de capacidade e de utilização do serviço de saúde



Quanto aos indicadores de saúde relacionados com a mortalidade, em 2013 a taxa de mortalidade infantil foi de 2,9 óbitos por 1000 nados vivos, contrariando as subidas nos dois anos precedentes face ao valor mínimo de 2,5 alcançado em 2010. Recorde-se que em 1990 o seu valor fora de 10,9, tendo diminuído quase continuamente até 2008, ano em que alcançou o valor de 3,3; em 2009 aumentou para 3,6 para logo a seguir alcançar o referido valor mínimo de 2,5. Quanto às

principais causas de morte em Portugal, do total de óbitos ocorridos em 2013 (357), 30,4% foram provocadas por doenças do aparelho circulatório e 23,9% por tumores malignos, o que não apresenta qualquer alteração no seu peso relativamente ao ano anterior. Relativamente às respetivas taxas de mortalidade, a primeira retomou a tendência crescente, situando-se em 3,1‰, enquanto a segunda manteve-se estável, situando-se em 2,4‰.

Gráfico 23 – Indicadores relacionados com a mortalidade



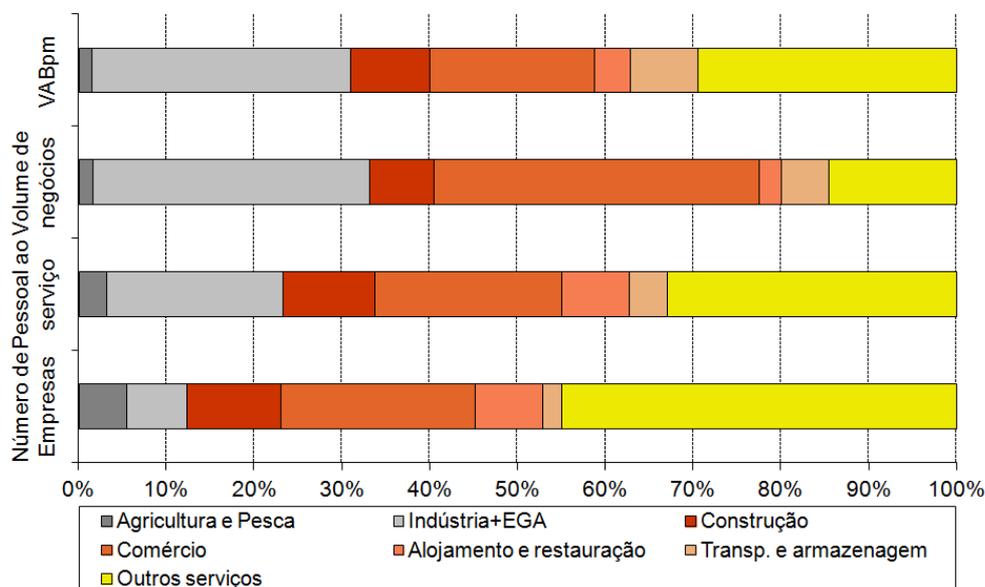
ATIVIDADE ECONÓMICA

EMPRESAS

Na estrutura empresarial (empresas não financeiras), o conjunto dos serviços ocupa um papel predominante, muito embora o seu peso dependa da variável em observação. Comparando os dados do Sistema de Contas Integrado das Empresas (SCIE) de 2013 e de 2012, verifica-se que os serviços diminuíram de importância relativa quando considerando o número de empresas (diminuíram 6,3 p.p., passando para 73,1%) e aumentaram em termos de pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB (aumentos de 1,2 p.p., 2,7 p.p. e 5,0 p.p., respetivamente, passando para 66,3%, 60,0% e 59,5%).

Intra-área, o setor do comércio é maioritário, quando se considera o volume de negócios como variável de referência, muito embora se tenha verificado uma diminuição do seu peso face ao 2005. Em contrapartida, e comparando com o mesmo ano, o agrupamento de Outros Serviços (prestados às empresas, imobiliários, de saúde e de educação, entre outros) apresentou aumentos mais elevados. O agrupamento de indústria e a energia continua ter um papel de relevo, dados os pesos de 20,0%, 31,5% e de 29,4%, nos totais de pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB, respetivamente, muito embora também tenham diminuído de importância face ao resultado de 2005, em termos do número de empresas e de pessoal ao serviço.

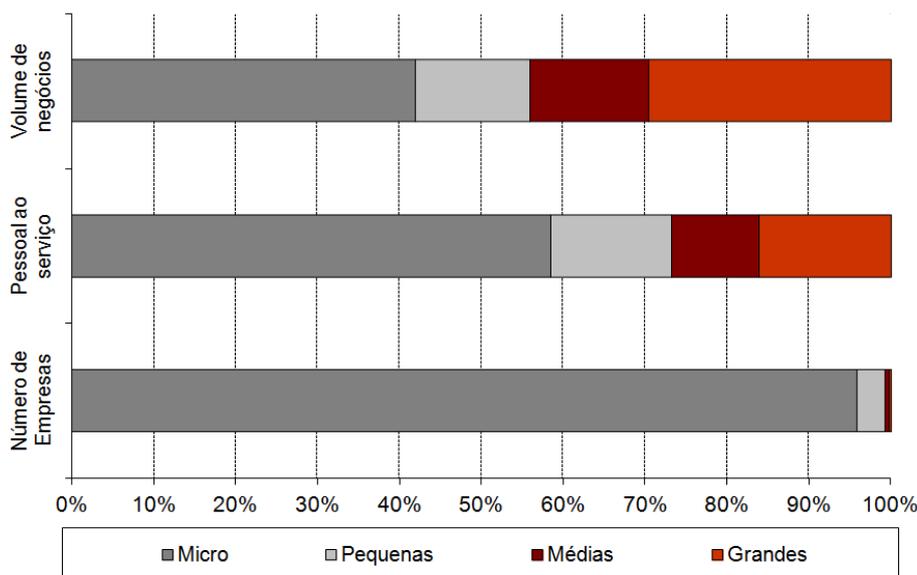
Gráfico 24 – Estrutura empresarial por atividades em 2013



Por outro lado, a estrutura produtiva continua a ser bastante determinada pela importância relativa das pequenas e médias empresas. Em termos gerais, a dimensão média das empresas em 2013 foi muito

semelhante à de 2012, de cerca de 3,3 pessoas ao serviço, valor que não se afasta muito do que se verificava em 2005 (era de 3,5 pessoas ao serviço).

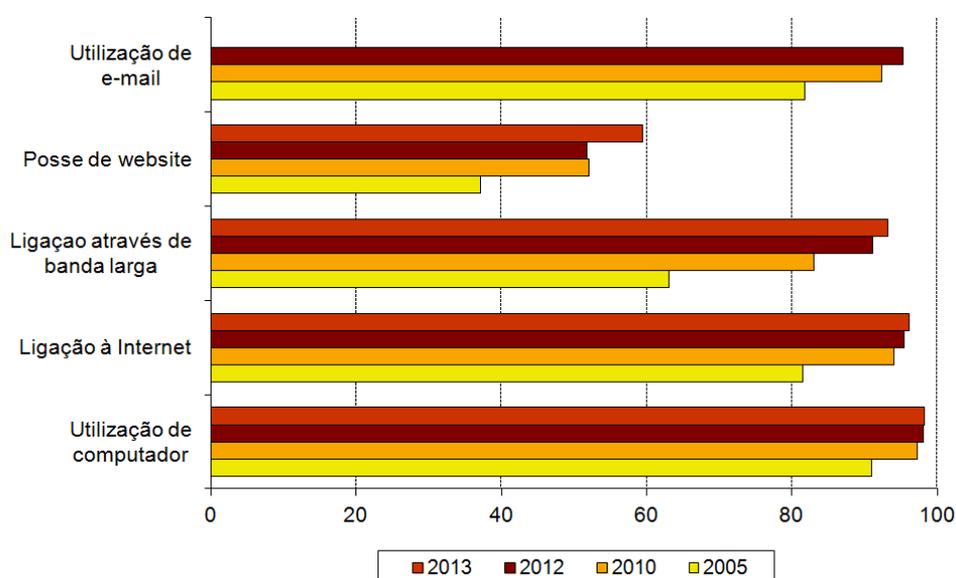
Gráfico 25 – Estrutura empresarial por tipo de empresa em 2010



Em 2012 a proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (micro empresas) no total das empresas foi na ordem de 95,9%, abrangendo 44,8% do pessoal ao serviço e representando 18,6% do volume de negócios. Alargando às empresas com menos de 50 pessoas ao serviço (pequenas empresas), verifica-se que este conjunto representou 99,3% do número de empresas, a que correspondeu uma proporção de 63,9% do número de pessoas ao serviço e de 37,6%

do volume de negócios. O conjunto das pequenas e médias empresas (até 249 pessoas ao serviço) representava 99,9% do número de empresas, 78,1% do pessoal ao serviço e 57,6% do volume de negócios. A informação disponível para 2013 aponta para estruturas semelhantes deste conjunto de empresas, havendo apenas a registar uma diminuição de 0,3 p.p. relativamente ao pessoal ao serviço.

Gráfico 26 – Utilização de TIC (% de empresas)



No que se refere à utilização de TIC, manteve-se a tendência para a sua difusão generalizada. De acordo com o Inquérito às empresas sobre esta matéria, a proporção de empresas dispostas de computadores em 2013 foi de 98,2%, mais 0,1 p.p. do que no ano precedente e um pouco mais de 7,0 p.p. do que em 2005. Por outro lado, 96,2% das empresas dispunha de acesso à *internet* (um pouco mais do que em 2012), sendo que 93,2% do total poderia aceder através de banda larga (mais 2,1 p.p.). Comparando com 2005, os ganhos nestas duas variáveis foram mais pronunciados:

14,7 p.p. e 30,2 p.p., para o acesso à internet e ligação por banda larga, respetivamente.

No caso da proporção de empresas com presença na internet (dispor de "websites") verificou-se também um avanço na proporção de empresas (59,5%), ao contrário do que se verificara no ano precedente, muito embora tenha diminuído a proporção das que receberam encomendas. Ainda assim, os resultados obtidos para este último indicador continuaram a ser mais elevados do que os de 2005 (13,9% contra 8,6%).

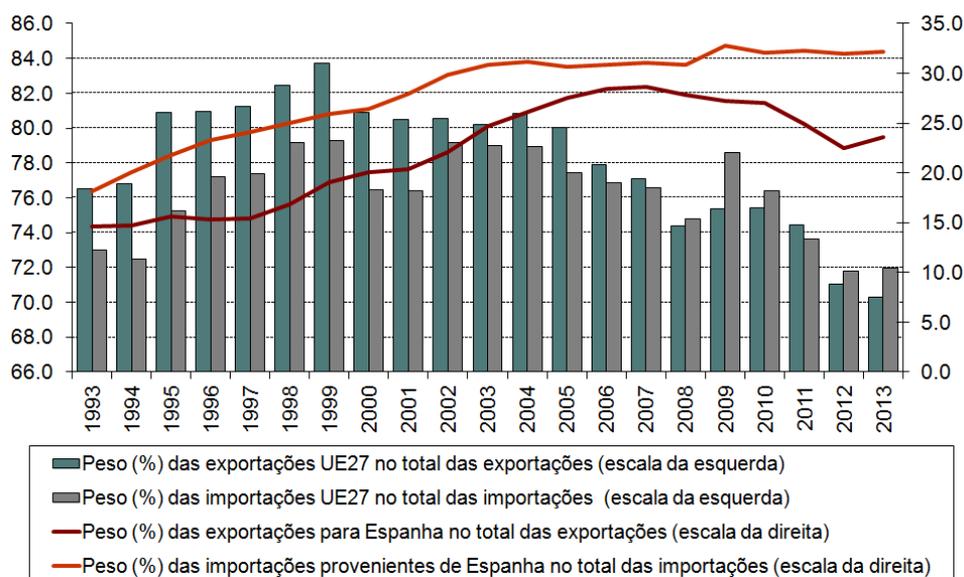
Comércio Internacional

A taxa de cobertura das importações pelas exportações cresceu pelo quinto ano consecutivo, atingindo, em 2013, o valor mais alto da série (83,1%, o que representa um acréscimo de 2,9 p.p. face ao que se registou em 2011 e de 18,0 p.p. face a 1990).

As exportações registaram uma taxa média anual de crescimento de 6,3% desde 1990, superior em 1,1 p.p à registada pelas importações nesse mesmo período. Ambos os fluxos registaram uma forte diminuição em 2009 relativamente ao ano precedente (18,4% para a exportações e 20,0% para as importações) à qual se

seguiram dois anos de crescimento, com a média das taxas de variação na ordem de 16,2% no caso das exportações e de 7,8% para as importações, no final dos quais o valor atingido pelo primeiro tipo de fluxo já tinha superado o nível de 2008. Nos dois anos seguintes o crescimento das exportações foi mais moderado, um pouco acima de 5,0% em média. Relativamente às importações, a reposição do nível pré 2009 não se fez sentir: em 2010 o acréscimo de 14,1% permitiu alguma recuperação embora com um valor abaixo do nível de 2007, e desde então a evolução foi negativa, registando-se uma média das taxas de variação na ordem de -1,0%.

Gráfico 27 – Indicadores de Comércio Internacional (%)



Em 2013 o grau de abertura da economia portuguesa, medido pelo rácio entre o valor da soma das exportações e das importações de bens e o valor do PIB, a preços correntes, foi de 61,6%, crescendo pelo quarto ano consecutivo. A evolução deste indicador desde 2010 está associada à diminuição das importações, dada a contração da procura interna, à manutenção do crescimento do valor das exportações, bem como à quebra do PIB a preços correntes.

A União Europeia (UE27) continua a ter o maior peso no destino (70,3%) e origem (72,0%) das trocas comerciais, apesar de ser perceptível uma tendência para a diminuição do seu peso desde 2000, mais atenuada no caso das importações. Neste conjunto destaca-se a Espanha, que alcançou um peso nas exportações de 23,6% e nas importações de 32,2%. A Alemanha é o segundo país da UE27 com maior peso nos fluxos comerciais, sendo o destino de 11,6% das mer-

mercadorias exportadas e a origem de 11,4% das importações. No âmbito dos PALOP, os fluxos comerciais com Angola representaram o maior peso, sendo este país o destino de 82,8% das exportações de mercadorias e a origem de 97,3% das importações. Angola é já o quarto país cliente das exportações portuguesas (6,6% do total)

Os outros países com maior peso nas exportações de mercadorias portuguesas foram os Estados Unidos da América (4,2%), o Brasil (1,6%), Marrocos (1,5%) e a China (1,4%). Quanto às importações de outros países salientem-se a China (2,4%), a Rússia (1,8%) e o Brasil e os Estados Unidos (cada um com 1,5%).

A estrutura do comércio por grupos de produtos tem sofrido algumas alterações, em ligação com o enquadramento externo e a conjuntura nacional. Do lado das exportações, há a assinalar a relativa estabilidade dos bens intermédios e dos produtos alimentares e agrícolas (em torno de 34,0% e 10,0%, respetivamente), e o contínuo aumento do peso dos combustíveis minerais (10,1% em 2013, 5,9% em 2010), enquanto no material de transporte e acessórios se verificou uma inflexão na tendência que tinha sido de crescimento até 2011 (18,1% em 2011, contra 14,7% em 2013). Nas importações, o aumento mais evidente encontrou-se nos combustíveis minerais, enquanto as diminuições se situaram nos veículos e outro material de transporte e nas máquinas e aparelhos, sendo de notar que os bens intermédios e os produtos alimentares e agrícolas mantiveram sensivelmente o seu peso.

CONTAS NACIONAIS

O período delimitado pelos anos de 1995 e de 2013 pode ser dividido em duas partes segundo o grau de dinamismo económico: uma, mais curta, situada entre 1995 e 2001, na qual se verificou um crescimento do

PIB a uma taxa média anual de 3,7%, muito embora em desaceleração no último ano deste período, em que o crescimento se situou em 1,9%. A outra, desde 2002, de estagnação económica, e que compreende três situações recessivas, de 2003, de 2009 e de 2011 em diante. Qualquer uma destas situações (com exclusão de 2003 e de 2011) segue o padrão as economias europeias que integram a zona euro, embora com diferentes amplitudes. Especificamente, a recessão mais recente está ligada à moderada recuperação das economias após a crise de 2008-2009, sendo a característica recessiva determinada pelo impacto da política de natureza restritiva aplicada à economia portuguesa.

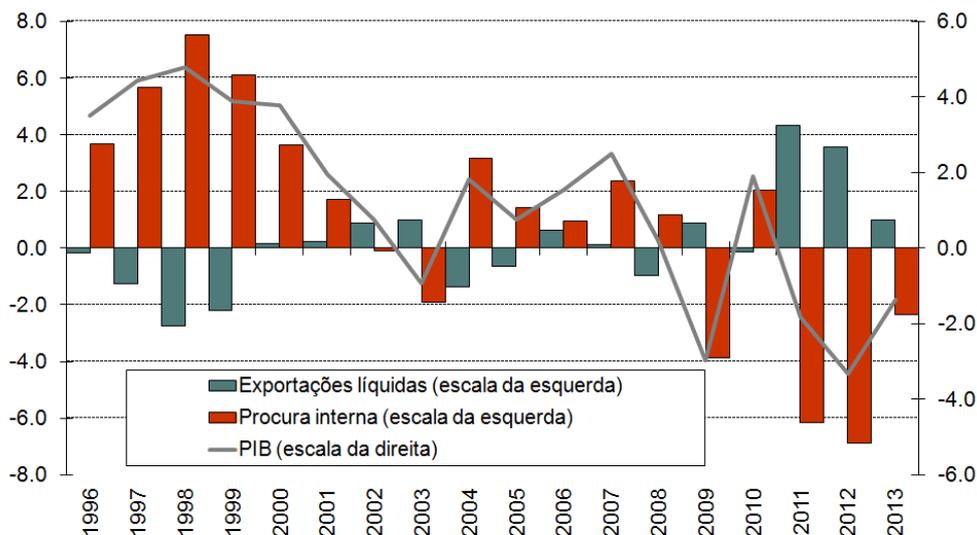
Em 2013 o PIB diminuiu à taxa de -1,4%, resultado menos acentuado que a quebra registada no ano precedente. Comparando as quebras verificadas desde 2013, verifica-se que do lado da procura agregada os movimentos foram do mesmo tipo: contração da procura interna de maior intensidade em 2012 e melhoria da procura externa em termos líquidos que atingiu um valor histórico positivo. O comportamento da procura externa líquida conjugado com a menor contração da procura interna contribuíram para um desagramento face a 2012 na quebra do PIB na ordem de 2,0 p.p.. Com efeito, em 2013 a contração da procura interna foi menos acentuada, apresentando uma taxa de -2,3% (contra -6,6% em 2012), o que atenuou a contribuição negativa para a variação do PIB, na ordem de -2,4 p.p. (-6,9 p.p. em 2012); e a procura externa líquida apresentou um contributo menos positivo, de 1,0 p.p. (3,7 p.p. em 2012).

No plano interno, as despesas das famílias residentes em bens e serviços caíram em termos reais à taxa de -1,4%, denotando uma menor contração que a verificada em 2012 (-5,2%). As despesas em bens Alimentares apresentaram um crescimento (0,7%) contrariamente o

ano precedente em que a variação fora de -0,6%. Nos bens Duradouros após os fortes agravamentos registados nos dois anos precedentes (taxas de -16,9 e de -21,4% em 2011 e 2012, respetivamente), assistiu-se a

uma recuperação (+2.0%). As despesas em Bens correntes não alimentares e Serviços embora em quebra (-1,4%) apresentaram uma contração mais atenuada que em 2012 (-5,2%).

Gráfico 28 – Contributos da despesa (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)

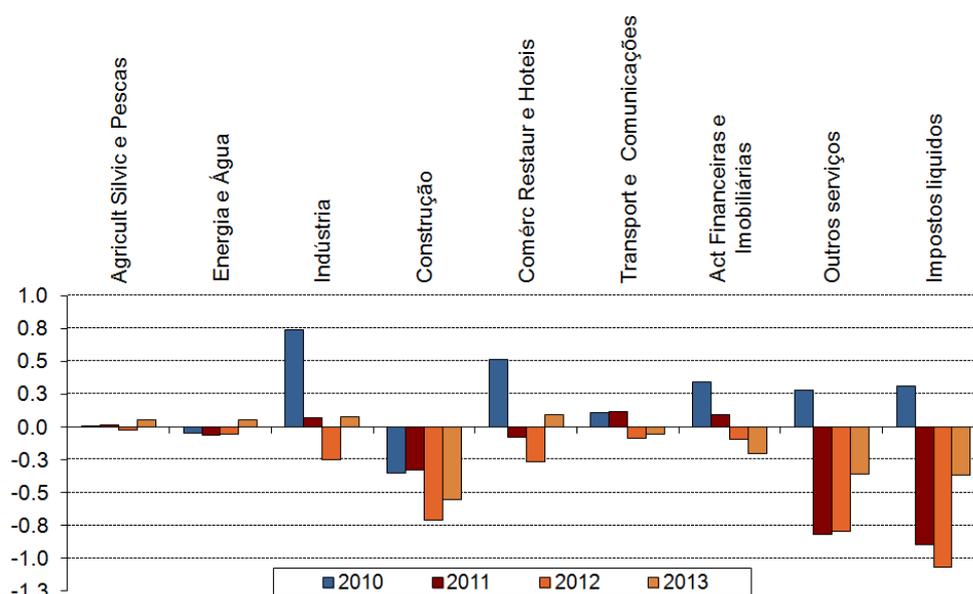


As despesas das famílias em consumo contribuíram com -1,0 p.p. para a variação de -1,5% nas despesas de consumo final, sendo o restante proveniente das administrações públicas (contribuição de -0,5 p.p.). As despesas das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias foram neutras face à variação do consumo final. Por seu turno, a formação bruta de capital diminuiu à taxa de -6,5%, com uma quebra menos acentuada que em 2012 (-14,2%). A principal contribuição para a contração DA formação bruta de capital fixo foi dada pelo investimento em construções, compreendendo o investimento efetuado pelas famílias e pelas empresas (-7,7%). De assinalar as contribuições embora ténues das parcelas respeitantes a material de

transporte e a outras máquinas e equipamentos (contribuições de 0,8 p.p. e de 0,5 p.p., respetivamente) dado que representam uma inversão face a 2012. Assinala-se que entre 2008 e 2013 a taxa média de variação da formação bruta de capital fixo foi de -8,7%.

Do lado da oferta, com exceção da Agricultura, da Indústria, da Energia, e do Comércio Restauração e Alojamento, os restantes ramos de atividade mantiveram andamentos negativos à semelhança das variações observadas no ano precedente. A evolução mais desfavorável em 2013 continuou a registar-se no ramo da construção, cuja taxa de variação do VAB foi de -13,1% (-14,8% em 2012) resultando numa contribuição para o PIB de -0,6 p.p..

Gráfico 29 – Contributos da oferta (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm



Embora a separação entre períodos de crescimento forte e moderado, até 2001, e de 2002 até 2013, respetivamente, seja perceptível na generalidade dos ramos de produção, constata-se que os ramos dos Serviços apresentaram um crescimento médio superior aos da Indústria e da Agricultura. Associado a este dinamismo, registou-se um aumento do preço relativo dos Serviços.

Os efeitos volume e preço, daí resultantes, traduziram-se num aumento da importância relativa dos serviços, em detrimento da indústria e da agricultura. Em 1995 estes dois ramos representavam pouco mais de 17,0% no VAB a preços correntes, enquanto em 2013 representaram 15,9%. Para os mesmos anos, os Serviços tinham a importância de 71,3% e de 76,6%, respetivamente.

Atividades	Dados encadeados em volume - ano de referência = 2011					Preços correntes				
	1995	2000	2005	2010	2013	1995	2000	2005	2010	2013
Agricultura, silvicultura, pesca	5,4%	3,5%	2,6%	2,2%	2,3%	2,9%	2,3%	2,1%	2,0%	2,2%
Indústria	18,8%	17,7%	15,0%	13,6%	13,1%	14,4%	15,0%	14,2%	13,1%	13,7%
Energia, água, saneamento	2,9%	2,5%	2,7%	3,2%	3,8%	2,7%	3,0%	3,1%	3,3%	3,3%
Construção	6,5%	7,6%	6,9%	5,8%	4,2%	8,8%	9,2%	7,6%	5,8%	4,2%
Serviços	66,4%	65,8%	66,4%	67,0%	67,7%	71,3%	70,6%	72,9%	75,8%	76,6%

A necessidade líquida de financiamento (equivalente ao saldo global das balanças corrente e de capital), medida pelo rácio com o PIB, foi aumentando ao longo do período entre 1995 e 2000, atingindo um patamar de

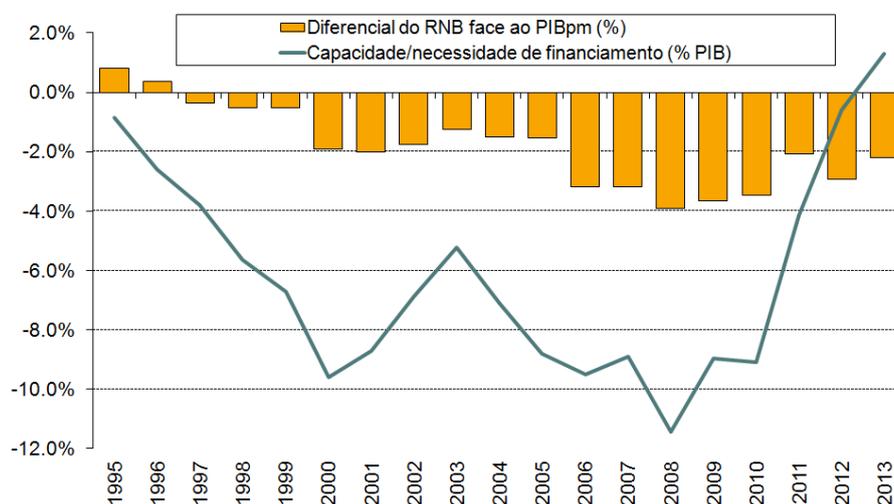
-9,6%, ficando os movimentos a partir daí condicionados pelas situações recessivas. Assim, até 2003, registaram-se melhorias da necessidade líquida de financiamento, mas em seguida retornou-se para o patamar de

-9,0%, com um pico de -11,4% em 2008. A partir de 2011 é notória a melhoria deste rácio, tendo atingido o valor de -4,1% nesse ano, e atingindo um valor positivo - capacidade de financiamento - em 2013 (1,3%).

Os défices sistemáticos das balanças corrente e de capital que ocorreram desde 1995 foram agravando a posição de Investimento Internacional (valor do stock de ativos líquidos sobre o exterior) e impondo uma deterioração da balança de rendimentos primários

(diferença entre os rendimentos recebidos e pagos ao exterior). Em 2008 o valor negativo deste saldo atingiu 3,9% do PIB, impondo uma diferença do mesmo montante entre o PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB). Em 2009 e em 2010 este rácio oscilou em torno de -3,6% e nos anos seguintes registou-se uma melhoria com uma quebra superior a 1 p.p., tendo-se situado em -2,2% no ano de 2013.

Gráfico 30 – Diferencial entre RNB e PIBpm e % da Necessidade de financiamento no PIBpm

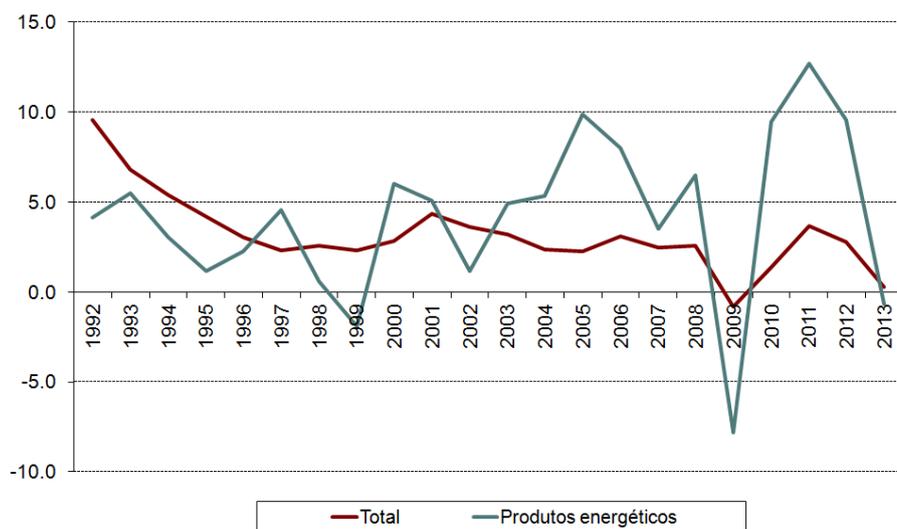


PREÇOS

O crescimento dos preços, quando avaliado pela taxa de variação do IPC, situou-se em 0,3% em 2013, correspondendo à manutenção da desaceleração face aos dois anos precedentes (-2,5 p.p. face a 2012 e -3,4 p.p. face a 2011). A classe de Saúde registou um crescimento de preços superior ao ano anterior (+1,1 p.p.). Também a classe do Vestuário e calçado que há cinco anos consecutivos regista uma diminuição dos preços apresentou em 2013 uma quebra menos acentuada

que no ano transato (+1,9 p.p.). As restantes classes do IPC apresentaram taxas de variação anual inferiores a 2012, salientando-se pela magnitude da diferença a Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, e os Transportes (-6,5 p.p. e -5,6 p.p. face a 2012, respetivamente). Em particular, o comportamento dos preços nestas classes foi induzido pela taxa de variação do IPC dos produtos energéticos (-0,7%) que desacelerou 10,3 p.p. face à taxa de variação em 2012.

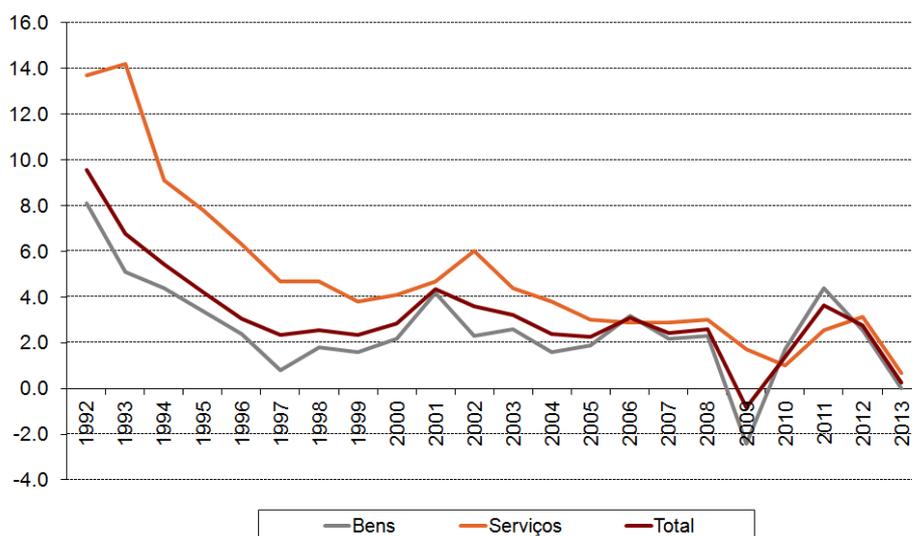
Gráfico 31 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total e do IPC dos produtos energéticos



Em 2013, verificou-se um crescimento médio anual mais elevado dos preços dos serviços que o observado para os preços dos bens. Com efeito, em 2013, os preços dos serviços aumentaram 0,7% (3,1% e 2,6%, respetivamente em 2012 e 2011) enquanto a taxa de variação média dos preços dos bens foi nula (2,5% e 4,4%, respetivamente em 2012 e 2011).

Por outro lado, a componente de bens do IPC registou em 2013, um crescimento médio anual nulo. Os Serviços aumentaram 0,7%, mantendo o padrão de crescimento médio anual mais elevado dos preços dos bens que se verificou em 2012. De evidenciar que em 2013 se assistiu a uma desaceleração na taxa de crescimento dos preços destas duas componentes de similar ordem de grandeza (-2,5 p.p. nos bens e -2,4p.p. nos serviços).

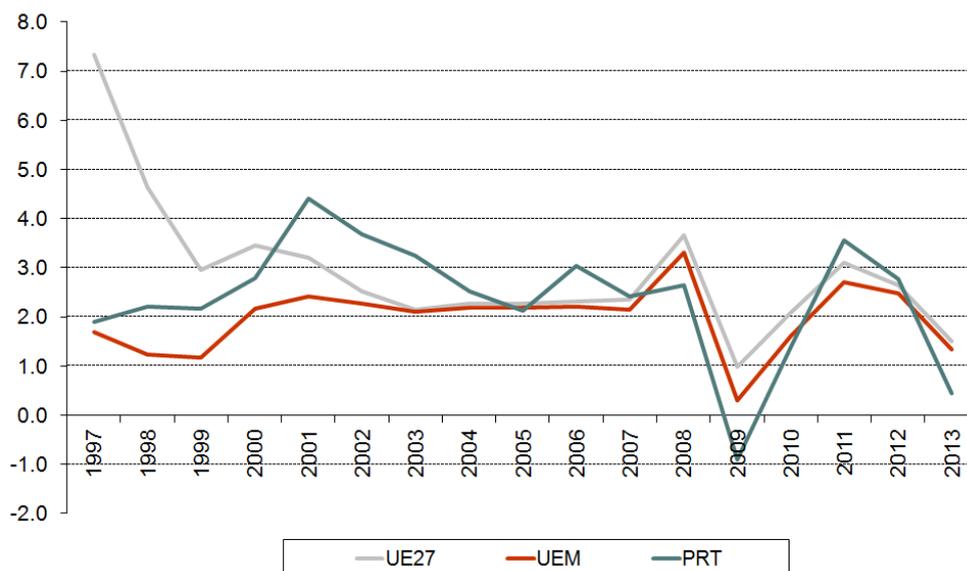
Gráfico 32 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total, do IPC de bens e do IPC de serviços



A taxa de variação média anual do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), indicador de referência para comparações da inflação entre os países da União Europeia, situou-se em 0,4% (menos 2,4 p.p. do

que no ano anterior). Comparando com as evoluções correspondentes tanto na UE27 como na área do Euro, a diferença voltou a ser negativa em 2013 (-1,1 p.p. e -0,9 p.p., respetivamente), ao contrário do que se verificou nos dois anos precedentes.

Gráfico 33 – Taxas de inflação anual (%) na UE27, na UEM e em Portugal (IHPC)



ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Em 2013 verificou-se um aumento da necessidade líquida de financiamento das Administrações Públicas, que representou, na ótica de contabilidade nacional, 4,9% do PIB, menos 0,6 p.p. do que em 2012. Esta evolução refletiu os efeitos conjugados de um aumento das receitas totais em cerca de 2,3 p.p., que mais do que compensou o aumento registado nas despesas totais, na ordem de 1,6 p.p.. A despesa primária aumentou em 1,6 p.p., contrariando os movimentos dos dois anos precedentes, o que, combinado com o assinalado comportamento das receitas totais gerou uma melhoria do saldo primário de 0,7 p.p., passando este a ser positivo e a representar 0,1% do PIB.

O aumento das receitas deveu-se principalmente à evolução das receitas correntes, que registaram um

aumento de cerca de 3,0 p.p. face ao rácio de 2012, uma vez que as receitas de capital diminuíram 0,7 p.p. Nas receitas correntes, importa destacar o aumento das receitas fiscais, atribuído ao aumento de 2,4 p.p. nos impostos diretos (impostos sobre rendimento e património), passando estes a representar 11,3% do PIB. Nos impostos indiretos (impostos sobre a produção e a importação) registou-se uma ténue diminuição do rácio, que se situou em 13,7%. Inversamente, nas contribuições sociais efetivas verificou-se um pequeno aumento, atingindo 8,7% do PIB. Em resultado destas evoluções nos impostos e nas contribuições sociais efetivas, a carga fiscal registou um aumento de 2,3 p.p., passando a representar 33,7% do PIB.

Gráfico 34 – Receitas, despesas e Necessidade de financiamento das Administrações Públicas (% do PIBpm)

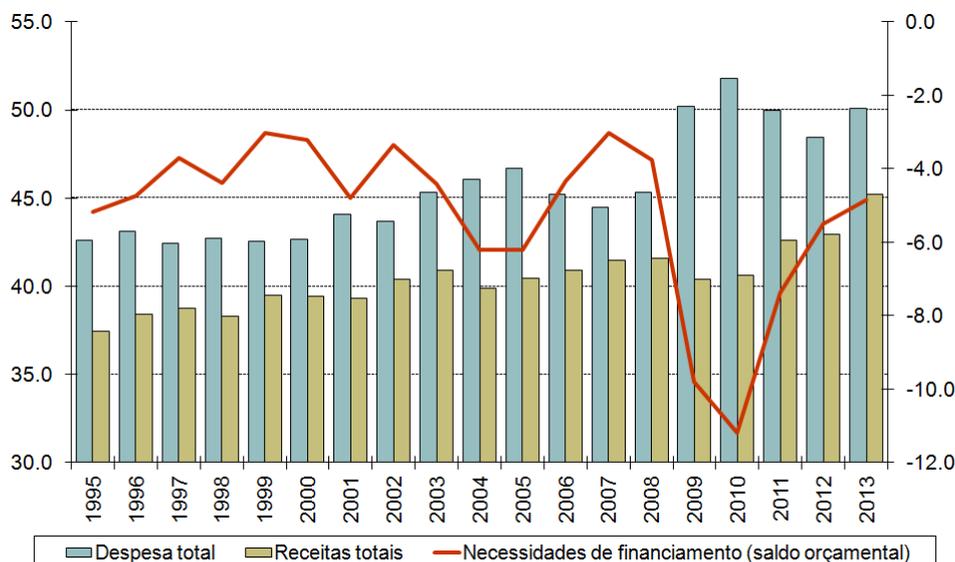
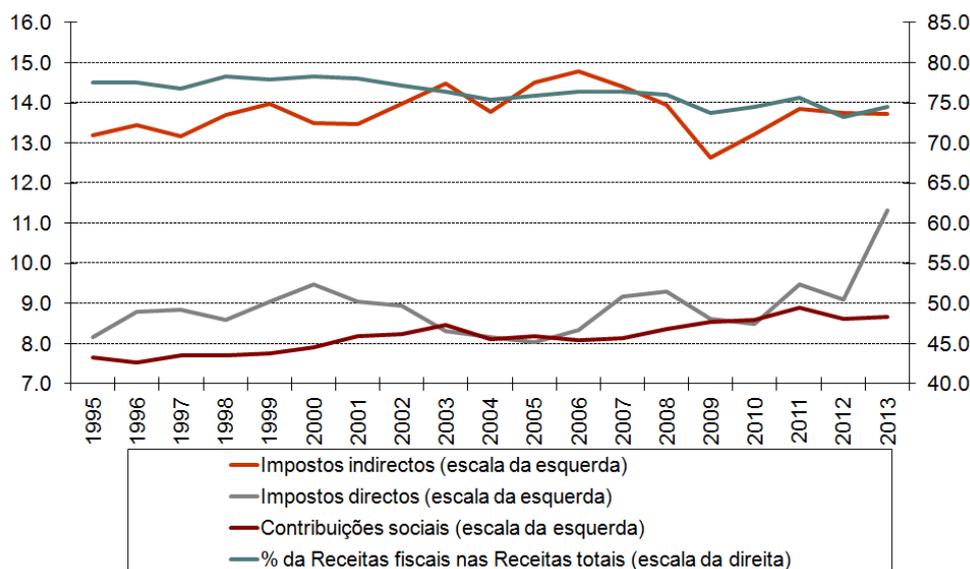


Gráfico 35 – Carga fiscal (% do PIBpm) por tipo de receita fiscal e peso das receitas fiscais no total de receitas



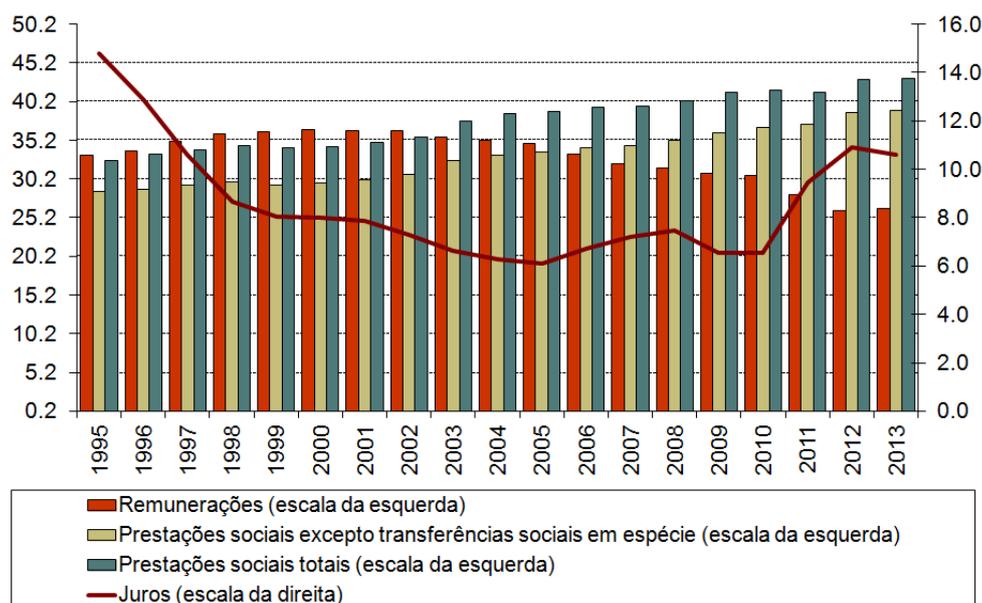
O incremento no rácio das despesas totais, ficou a dever-se ao aumento de 1,8 p.p. das despesas correntes, cujo rácio atingiu o valor de 46,9%. As despesas de capital diminuíram 0,1 p.p., ficando a representar 3,1% do PIB. No caso das despesas correntes, há a considerar os aumentos nas prestações sociais e nas

despesas com pessoal (aproximadamente de 0,8 p.p. e de 0,6 p.p., respetivamente), cujos rácios tomaram os valores de 20,3% e de 12,4%, respetivamente. Em menor dimensão, destaquem-se ainda os aumentos que se verificaram nos consumos intermédios e nos juros pagos (cada um, em cerca de 0,1 p.p.). Nas prestações

sociais, cabe referir que foi a parcela de “prestações sociais exceto transferências sociais em espécie”, que contribuiu positivamente para o referido aumento, enquanto a parcela de transferências sociais em espé-

cie (relativas a despesas com produtos fornecidos às famílias através de produtores mercantis), denotou uma ténue diminuição.

Gráfico 36 – Peso das remunerações, dos juros e das prestações sociais na despesa corrente total



A dívida pública manteve a trajetória ascendente, iniciada em 2001, tendo passado para 128,0% do PIB, o que representou um agravamento de 3,2 p.p. relativamente a 2012, e um agravamento acumulado de 59,1 p.p. em cinco anos.

Anuário Estatístico de Portugal 2013.
Informação disponível até 30 de Setembro, 2014.